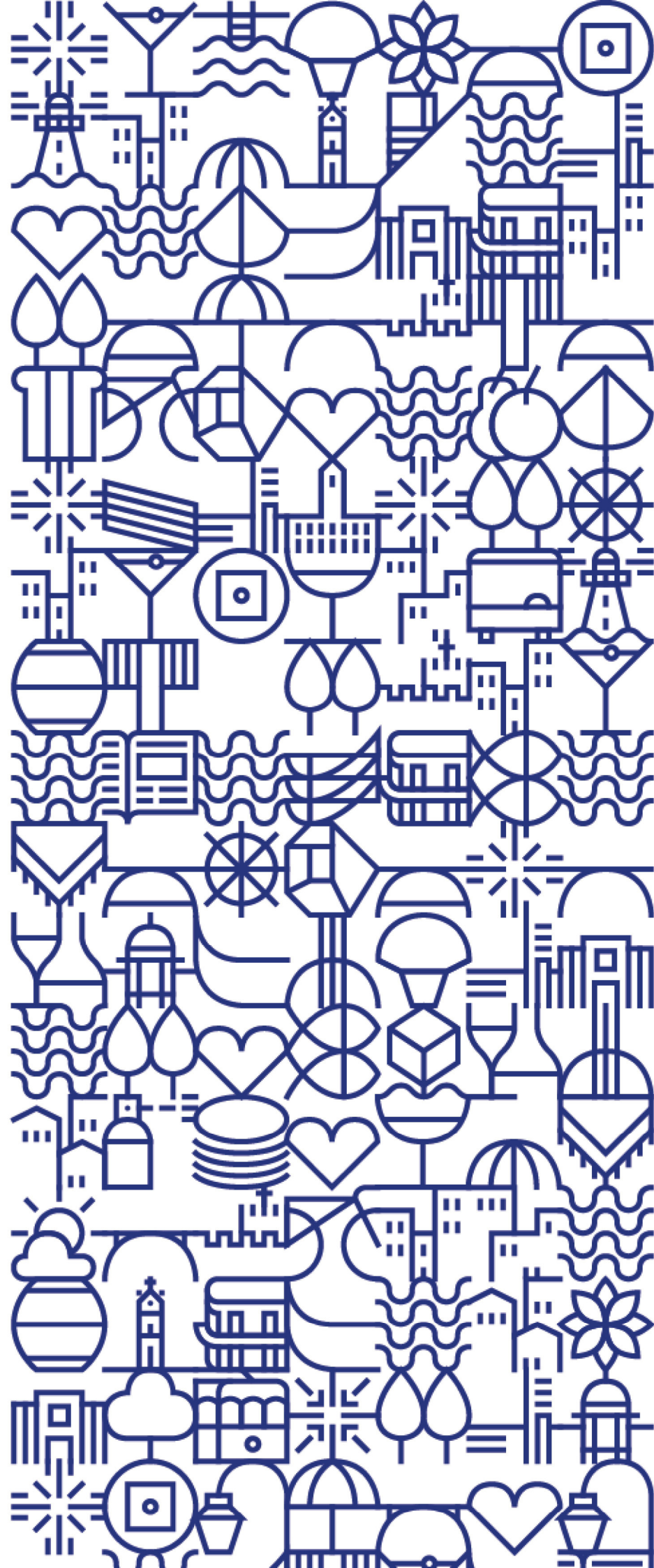


**Porto.**

# ORÇAMENTO. 2025

Estatuto do Direito de Oposição





**ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO**  
**PROPOSTAS DOS GRUPOS POLÍTICOS – ORÇAMENTO 2025**

**Partido Socialista (PS)**

*O PS Porto apresenta um conjunto de medidas, abrangendo áreas que consideramos fundamentais para uma cidade melhor e que devem ter resposta no orçamento municipal.*

- *Lançar um plano de arborização com metas concretas para reforçar a plantação de árvores em espaços públicos e privados da cidade, prevenindo as ilhas de calor.*

O recurso à plantação de árvores na cidade, não serve só para prevenir as ilhas de calor, mas para prestar um amplo leque de serviços ecológicos à cidade (regulação da água no solo, biodiversidade, captura de carbono, remoção de poluentes atmosféricos, serviços educativos, culturais, amenização paisagísticas, entre outros). Por esta razão deve ser considerada em várias frentes em paralelo, e é precisamente isso que a CMP tem vindo a materializar nas iniciativas em curso e abaixo descritas:

**a) Nos arruamentos**

O Plano de Arborização da Cidade do Porto foi concluído em março de 2022. Com este instrumento, desenvolvido por uma equipa multidisciplinar de especialistas da UP em paisagismo e climatologia, em cooperação com os vários serviços municipais, definiu-se de forma objetiva os requisitos mínimos para instalação de árvores nos distintos tipos de vias da cidade (considerando as características bioclimáticas das vias, a sua largura e as exigências em termos de acesso a viaturas de emergência, respeito pela presença de infraestruturas de comunicação, saneamento, etc.). Na realidade, este plano explora de forma pioneira a integração do paisagismo e da climatologia da cidade: cruzou-se a presença da árvore com domínios como o conforto térmico *outdoor*, corredores de ventilação; degradação da qualidade do ar, segurança e risco de queda, a regulação climática de inundações, grau de presença de invasoras que ameaçam a biodiversidade - percebendo em que arruamentos a presença de árvore é influenciada e influencia. Assim, o presente Plano de Arborização disponibiliza um conjunto de orientações lógicas para adequar o espaço da arborização ao espaço disponível, e permite antecipar um desenvolvimento arbóreo mais natural, mais rico em serviços de ecossistemas e menos conflituoso com as infraestruturas e funções prioritárias e edifícios. Em resumo: é um documento orientador que clarifica os princípios de fundo para a arborização nas ruas do Porto, dependendo a sua implementação da iniciativa urbanística privada e da iniciativa municipal.

[www.porto.pt/pt/noticia/porto-define-estrategia-para-as-arvores-que-quer-e-pode-ter-nas-proximas-decadas](http://www.porto.pt/pt/noticia/porto-define-estrategia-para-as-arvores-que-quer-e-pode-ter-nas-proximas-decadas)

Em termos de plantações de árvores, verifica-se que o município tem aumentado o número de plantações, sendo que em 2024 já foram plantadas mais de 2540 árvores.

Sob a gestão do município encontram-se cerca de 67 mil árvores, e em 2023, o Município do Porto foi reconhecido com o certificado “Tree Cities of the World”, uma vez que cumpre os cinco padrões do programa: a responsabilidade pelo cuidado das árvores, o estabelecimento de regras para reger a gestão de florestas e árvores, a manutenção de um inventário atualizado ou avaliação dos recursos arbóreos locais, a alocação de recursos para um plano de gestão de árvores e a sensibilização e envolvimento dos residentes.

#### **b) Nos parques e jardins**

Estes espaços representam cerca de 6% da área total da cidade.

É importante também referir, que além de reforçar a arborização, desenvolve-se um trabalho contínuo de preservação e manutenção do arvoredo existente, dado que exemplares adultos desempenham mais serviços de ecossistemas.

<https://www.porto.pt/pt/noticia/criancas-do-falcao-lancam-a-terra-raizes-de-uma-cidade-cada-vez-mais-verde>

<https://www.porto.pt/pt/noticia/mais-duas-centenas-de-arvores-firmam-as-raizes-do-compromisso-comum-da-cidade-com-a-neutralidade>

#### **c) Nos espaços ao longo das vias de circulação principais (principalmente os nós da VCI)**

Em 2017 iniciou-se a plantação das primeiras árvores na Rede de Biospots do Porto. Esta é uma rede de áreas de floresta urbana (dominantemente autóctone) na cidade, para promover a biodiversidade, os serviços dos ecossistemas, a adaptação às alterações climáticas e a amenização paisagística. É constituída por 14 áreas que se distribuem ao longo dos eixos de circulação principais (nós, taludes, áreas verdes laterais), totalizando uma área útil de 17 hectares. Até ao momento foram intervencionados 6 nós da VCI (Francos, Regado, Freixo, Paranhos, Areias, Falcão) com a instalação de 1.953 árvores e arbustos nativos de 15 espécies (bétulas, pilriteiros, aveleiras, medronheiros, gilbardeiras e macieiras-bravas são algumas delas). Estas árvores, adaptadas às características do local, foram e são produzidas no Viveiro Municipal do Porto. Este projeto está em continuidade desde 2017, sendo os espaços monitorizados, mantidos e retanchados sempre que necessário.

[www.porto.pt/pt/noticia/a-cidade-colhe-os-frutos-dos-bosques-urbanos-que-nascem-nos-nos-rodoviaros](http://www.porto.pt/pt/noticia/a-cidade-colhe-os-frutos-dos-bosques-urbanos-que-nascem-nos-nos-rodoviaros)

#### **d) Nos espaços privados**

Estes espaços representam cerca de 8% da área total da cidade. De modo a apoiar os munícipes a potenciar os serviços dos ecossistemas nos seus jardins, logradouros e quintais, através da iniciativa "Se tem um jardim, temos uma árvore para si", em curso desde 2016, o Município coloca gratuitamente à disposição de cada residente ou organização da cidade até 10 árvores e arbustos nativos. Estas plantas são um contributo do Município para apoiar e reconhecer o importante papel dos seus munícipes na criação e manutenção de uma robusta infraestrutura verde na cidade. O programa, que já cumpriu 4 edições, ofereceu, até à data, aos munícipes e organizações da cidade 10.000 árvores e arbustos nativos para instalação nos jardins e quintais privados do Porto.

[www.porto.pt/pt/noticia/quase-1000-plantas-oferecidas-na-iniciativa-se-tem-um-jardim-temos-uma-arvore-para-si](http://www.porto.pt/pt/noticia/quase-1000-plantas-oferecidas-na-iniciativa-se-tem-um-jardim-temos-uma-arvore-para-si)

Acresce o facto de estar a ser criado o Índice Ambiental, previsto no regulamento do PDM, que oferecerá vantagens (redução de taxas) aos promotores urbanísticos que mantenham árvores antigas (muito mais valiosas em termos de serviços dos ecossistemas do que árvores a plantar) e plantem novas árvores nas parcelas onde intervenham (processo a ser associado ao pedido de licenciamento).

**e) Faz-se ainda nota que o Viveiro de Árvores e Arbustos Autóctones (instalado no Viveiro Municipal do Porto) é o berço das plantas que são usadas na Rede de Biospots do Porto, na iniciativa "Se tem um jardim, temos uma árvore para si" e ainda nas ações de reabilitação ecológica que são levadas a cabo na Área Metropolitana do Porto. A produção de plantas nativas no Viveiro Municipal do Porto está em curso desde 2014 e tem permitido ceder árvores nativas aos municípios vizinhos da AMP para iniciativas de reabilitação ecológica após incêndios.**

- *Criar um armazém de matérias-primas reaproveitadas de obras na cidade, promovendo da economia circular.*

Importa esclarecer que a circularidade de materiais de construção já vem sendo trabalhado desde 2017, altura em que o Município concluiu o seu *roadmap* "Porto, Cidade circular em 2030".

Neste *roadmap* foram mapeadas diversas iniciativas públicas e privadas de implementação de economia circular nos vários setores de atividade, como o têxtil, alimentar, resíduos, entre outros. Este *roadmap* apresenta ainda 4 eixos de ação prioritários e respetivas linhas de ação: eixo 1: promover a produção e o consumo sustentáveis; eixo 2: assegurar a disponibilidade de recursos naturais e o equilíbrio ambiental; eixo 3: criar e manter infraestruturas partilhadas que aproximem e reabilitar o edificado e criar diretrizes de circularidade para novas obras; eixo 4: empreender soluções inovadoras para transformar os resíduos em recursos.

Especificamente sobre circularidade na construção, destacamos os seguintes projetos já em curso:

**Banco de Materiais** (instalado no Palacete Viscondes de Balsemão na Praça Carlos Alberto)

O Banco de Materiais é um serviço municipal de valorização do património da cidade e promoção da economia circular que consiste na recolha e na doação de materiais de valor patrimonial e identitário da construção, como sejam elementos em granito, ferro, cerâmica, madeira (pilastras, cornijas, gradeamentos azulejos, portas, etc.). Estes materiais são identificados, categorizados e inventariados com a finalidade de serem colocados à disposição dos cidadãos e organizações locais para utilização nos edifícios ou espaço urbano.

Com efeito, este serviço, tem vindo a desenvolver um conjunto de ações de sensibilização, conservação e valorização das diferentes tipologias de materiais tradicionais usados na arquitetura portuense, seja no atendimento técnico, realização de oficinas e visitas guiadas, acompanhamento de obras entre outras.

Já os elementos que, pela sua raridade e singularidade, são salvaguardados em contexto museológico, integrando os diferentes núcleos do Museu da Cidade.

Em síntese: a existência do Banco de Materiais **salvaguarda o património arquitetónico da cidade**, promove a reutilização dos elementos patrimoniais identitários, evitando a sua perda, ao mesmo **tempo que sensibiliza os cidadãos para as oportunidades (ambientais e culturais) da aplicação dos princípios da economia circular.**

### **Circularidade de inertes nas obras de conservação municipal**

O Município já pratica há vários a circularidade de materiais inertes (sobretudo cubo granítico), que vai armazenando e reutilizando a partir dos seus estaleiros, direcionando-os para novas intervenções.

### **Índice Ambiental do Porto**

Uma das preocupações da estratégia municipal de adaptação às alterações climáticas é a proteção da população envelhecida e especialmente vulnerável a edifícios (cujos proprietários são na maioria privados) com baixo conforto climático e elevada pobreza energética, francamente impreparados para alguns dos riscos climáticos que o Porto vai enfrentar nos próximos anos: i) precipitação excessiva com inundações urbanas e deslizamento de vertentes; e ii) temperaturas extremas (ondas de calor e vagas de frio).

Esta preocupação está em linha como o ODS 13 mas também com os ODS 7,11 e 12.

Para enfrentar esta preocupação, a CMP tem procurado encontrar mecanismos e incentivos para desafiar e mobilizar os promotores imobiliários privados a fazer parte da 'solução' e a participar

ativamente na preparação do parque edificado do Porto para as alterações climáticas. Sem, contudo, deixar de introduzir reciprocamente estas preocupações nos empreendimentos de iniciativa municipal, de que são exemplo a requalificação da Escola do Falcão, da construção do Terminal Intermodal de Campanhã e das sedes das Empresas Municipais de Ambiente e de Gestão de Obras Públicas, dos Parques Urbanos da Asprela e mais recentemente o Parque da Alameda de Cartes.

Para isso, o Porto está a desenvolver o Índice Ambiental, cuja calculadora de avaliação de desempenho e incentivos se encontra em fase de testes de sensibilidade praticamente concluída, não tendo ainda sido testada em projetos urbanísticos, que se perspectiva vir a acontecer durante o 2º semestre de 2024.

A execução voluntária de medidas de natureza essencialmente energética e ambiental têm que concorrer decisivamente para: i) **Aumentar a eficiência energética e a produção renovável;** ii) **Diminuir a drenagem das águas pluviais para as infraestruturas, aumentando a infiltração no solo.** Adicionalmente otimizar a poupança e reutilização da água; iii) **Promover as *nature base solutions* e otimizar os serviços de ecossistemas prestados** (permeabilidade, biodiversidade, sequestro e armazenamento do carbono, remoção de poluentes atmosféricos, conforto bioclimático, sociais, etc.); iv) **Estimular a construção sustentável** (reduzir a pegada e promover a circularidade no local)

### **Outros projetos mais recentes no contexto do roadmap para a Economia Circular ReBOOT**

O ReBOOT, integrado no Asprela + Sustentável, teve como objetivo recolher, recuperar e disponibilizar equipamentos informáticos em fim-de-vida às entidades sociais da cidade. O ReBOOT consistiu em:

Avaliar o potencial de recuperação e reparação de equipamentos informáticos em fim-de-vida provenientes de empresas, instituições e particulares;

Dinamizar sessões de capacitação para diagnóstico, reparação e formatação de equipamentos viáveis;

Identificar necessidades das IPSS's da Rede Social do Município deste tipo de equipamentos;

Entregar os equipamentos às entidades e garantir que se fecha o ciclo e se amplifica o impacte social da economia circular.

Desde **junho de 2023 até março de 2024 (9 meses)**, foi possível obter os seguintes resultados:

- Recolher 721 equipamentos informáticos em fim-de-vida;
- Dinamizar 10 sessões (6 horas cada) de capacitação em recuperação e reparação de computadores;
- Capacitar 83 pessoas de forma gratuita e voluntária;



- Reparar 216 computadores e 116 monitores;
- No dia 25 de junho de 2024, foram entregues, em mão, 144 computadores e 78 monitores às IPSS's da Rede Social do Município que solicitaram estes equipamentos.
- Para além dos benefícios óbvios para as IPSS e para o tecido social da cidade, este projeto permitiu evitar a emissão de cerca de 44 ton CO2 (~34 ton associadas aos computadores e ~10 toneladas associadas aos monitores).
- **Este projeto e os resultados alcançados permitiram à cidade integrar este novo serviço na cidade, através do projeto EcoPorto, da Porto Ambiente.**

### **EcoPorto**

Foi apresentado ao público, no dia 24 de setembro, o novo serviço da Porto Ambiente, o EcoPorto. O EcoPorto é um centro de recuperação de materiais com capacitação de pessoas, promovendo a valorização dos resíduos, a capacitação de pessoas em práticas de economia circular e a disponibilização dos materiais recuperados aos habitantes e entidades da cidade.

### **CityLoops**

Ainda no âmbito da economia circular, mas numa área diferente, o projeto CityLoops (financiado pelo Horizonte 2020), do qual o Município do Porto foi parceiro, juntamente com a LIPOR e com a Porto Ambiente, envolveu 7 cidades europeias e teve como objetivo o fecho do ciclo de materiais em ambiente urbano. O Porto dedicou a sua atividade aos bio resíduos, donde se destacam os seguintes resultados:

- Desenvolvimento de um modelo de IA para prevenir o desperdício alimentar nos setores social e hoteleiro através da previsão da procura (LIPOR);
- Desenvolvimento de uma ferramenta de apoio à tomada de decisão para os setores social e hoteleiro baseada em multicritérios que permita identificar e monitorizar o progresso em economia circular das entidades;
- Sistema de certificação de espaços verdes (LIPOR + CMP);
- FoodLoop – concurso de ideias circulares aplicadas ao sistema alimentar (CMP);
- Aumento do alcance do projeto Orgânico a mais 15.000 pessoas;
- Teste e implementação de 2 ilhas de compostagem comunitárias nos bairros do Amial e de Paranhos.

Ainda no âmbito deste projeto, foram desenvolvidos dois estudos importantes para a cidade:

- Análise do potencial de circularidade das compras públicas da cidade, que despoletou



o desenvolvimento de uma Política de Compras Públicas Ecológicas, alinhada com a ECO360;

- *Urban Circularity Assessment* – um estudo com base na contabilidade de fluxos materiais (*Material Flow Accounting*) que analisou a cidade do ponto de vista metabólico: o que entra, o que sai, o que fica e qual a taxa de circularidade. Este estudo aplicou-se a todos os setores de atividade.
  
- *Aumentar as áreas destinadas à mobilidade suave, em particular ciclovias, promovendo meios suaves de transporte na cidade.*

A questão da mobilidade suave no Porto enfrenta desafios particulares devido à sua complexa orografia e à presença de construções consolidadas que limitam significativamente o aumento do espaço disponível para infraestruturas dedicadas, como ciclovias. Dado este contexto urbano, acreditamos que a solução mais viável e eficaz passa pelo **investimento em espaços partilhados**. Esta abordagem, baseada na partilha do espaço público entre peões, ciclistas e veículos motorizados, não só otimiza a utilização do território limitado da cidade, como promove uma convivência harmoniosa entre os diferentes modos de transporte.

Ao investir em espaços partilhados, maximizamos a utilização do espaço público existente, sem comprometer o património histórico e a estrutura urbana da cidade. Esta política visa reduzir a velocidade dos veículos, melhorar a segurança dos utilizadores e fomentar uma cultura de confiança e respeito mútuo entre todos os que circulam na cidade. É um modelo que alia sustentabilidade e pragmatismo, proporcionando uma mobilidade mais eficiente e adaptada às características únicas do Porto.

- *Criar praças que permitam o convívio social e a prática de desporto de forma distribuída pela cidade.*

Se a questão colocada se refere à criação de praças ou arruamentos novos, cumpre comentar que numa cidade tão consolidada como o Porto não é fácil encontrar disponibilidade de solo nem malha urbana que permita cumprir o sugerido. Os espaços públicos de fruição que têm sido construídos relacionam-se, quase todos, com espaços verdes de uso público, previstos em PDM, que têm múltiplas valias: constituem parte da estrutura ecológica municipal e são espaços vitais para a comunidade, cumprindo dessa forma a função de “convívio social” referida na sugestão. Finalmente é de referir que esses espaços - parques, jardins, ou similares - serão particularmente adequados para a prática desportiva informal ao ar livre. Aliás, uma das prioridades deste mandato tem sido a requalificação de espaços existentes adequando-os à prática desportiva, quer através do aumento destes espaços diretamente ou através do apoio às entidades desportivas da cidade.

- *Atuar de forma ativa na redução do ruído na cidade, seja pela atuação nas ruas com mais ruído já identificadas seja pela intervenção junto da ANA para que mitigue o ruído gerado pelas rotas de aproximação e partida do Aeroporto Francisco Sá Carneiro.*

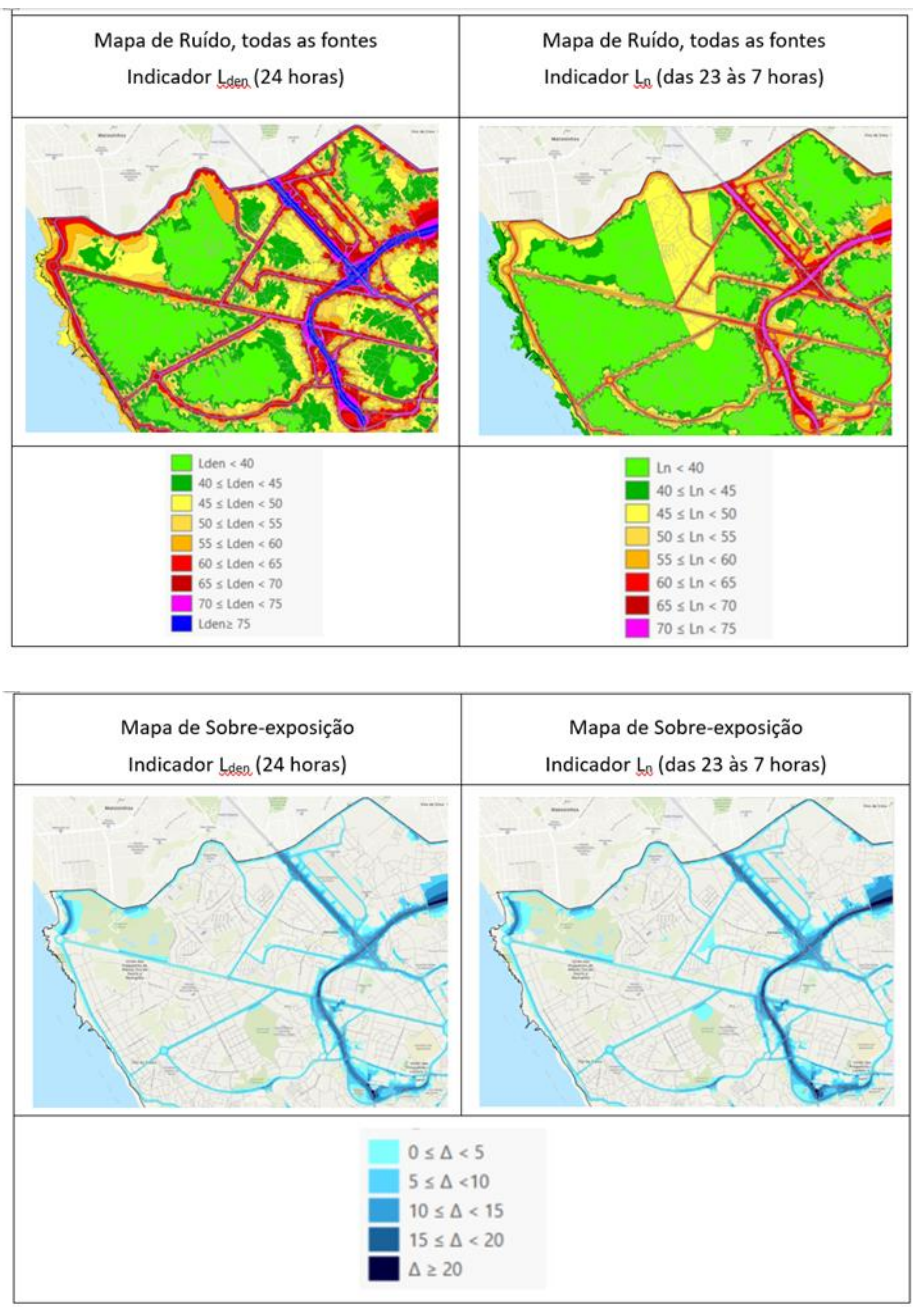
O Município do Porto tem dado cumprimento a todos os requisitos legais na área do ruído, em particular no que toca a instrumentos de planeamento, como são os Mapas Estratégico de Ruído (concluídos em 2022) e o respetivo Plano de Ação (atualmente em fase de acomodação dos resultados da consulta pública e elaboração do documento final para posterior sujeição a aprovação pela Assembleia Municipal).

Dentro do atual quadro legal, mesmo em território municipal, **competem às entidades gestoras das grandes infraestruturas rodoviárias** (como por exemplo, a Infraestruturas de Portugal no caso da VCI) ou as infraestruturas aéreas (como é o caso da ANA - Aeroportos de Portugal para o Aeroporto Francisco Sá Carneiro) **desenvolver os correspondentes planos de ação de ruído.**

Sem prejuízo desta clarificação de responsabilidades, foram solicitados os mapas às várias entidades gestoras, bem como municípios vizinhos, para poder incorporar nos mapas do Porto os contributos aéreo, rodoviário e ferroviário e harmonizar as zonas-fronteira.

Importa acrescentar que, de acordo com o mapa estratégico de ruído do município, o indicador de ruído associado ao incómodo global  $L_{den}$  (indicador de ruído diurno-entardecer-noturno correspondente às 24 horas), na área onde se verifica alguma influência da infraestrutura aérea, tem um valor que se situa no patamar  $55 \leq L_{den} < 60$  dB(A). Quanto ao indicador relativo ao período noturno  $L_n$  (das 23 às 7 horas) tem uma linha de influência relativamente maior e situa-se no patamar de  $45 \leq L_n < 50$  dB(A), tal como se pode igualmente aferir dos extratos seguintes do mapa de ruído.

Desta forma, **é possível concluir que naquelas áreas de influência da infraestrutura de transporte aéreo, a população não se encontra em situação de sobre-exposição ao ruído.** A exceção resulta do ruído com origem no tráfego automóvel das vias nessas áreas em análise.



- *Reforçar os meios humanos nas estruturas de limpeza urbana da cidade.*

A Porto Ambiente dispõe atualmente dos recursos humanos adequados, situação que é revista sempre que surgem novas necessidades. Prova disso é que a Porto Ambiente está hoje dotada de meios mecânicos e infraestruturas como nunca esteve no passado, sendo que para 2025 está já previsto um reforço significativo dos meios.

- *Criar uma rede municipal de creches, em articulação com a Segurança Social, as IPSS e as Juntas de Freguesia.*

A creche é uma resposta social, que se destina a acolher crianças de idades compreendidas entre os 3 meses e os 3 anos, tutelada e financiada pela Segurança Social, a quem cabe em primeira instância o seu incremento e desenvolvimento. A Segurança Social não celebra acordos com os Municípios nem com as Freguesias para a gestão de creches pelo que defendemos que a melhor forma de democratizar a resposta é enquadrá-la no sistema educativo e ser garantido o financiamento tal como acontece com a educação pré-escolar. Contudo, o Município do Porto tem vindo a apoiar a criação de novas creches da rede solidária, através da disponibilização de instalações e/ou de financiamento à construção às IPSS's da cidade e tem assumido projeto e obras para a instalação de creches. Em 2025 estarão em curso investimentos na cidade para a criação de cerca de 500 novas vagas em creche na rede solidária.

- *Reforçar a intervenção direta e via cooperação com instituições existentes junto das pessoas em situação de sem-abrigo.*

O Município do Porto para além de coordenar o NPISA – Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo, tem uma Estratégia Municipal para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, que contempla dez eixos de intervenção, promovendo o trabalho articulado entre todas as entidades que intervêm no fenómeno, e preenchendo áreas lacunares identificadas como essenciais para promover as respostas adequadas para uma cidade mais coesa. Tem sido reforçado o trabalho que a cidade tem vindo a desenvolver nesta área e que tem, naturalmente, reflexo no investimento municipal, apesar das respostas sociais serem tuteladas e da responsabilidade da Segurança Social. A título de exemplo refira-se que desde 2022 foram criados 75 quartos em apartamentos partilhados numa parceria Segurança Social, Câmara do Porto e IPSS.

- *Desenvolver um programa-piloto de apoio aos cuidadores informais, englobando formação, bolsa para pagamento de serviços e criação de estrutura de apoio e enquadramento.*

O Município implementou um conjunto de iniciativas para apoiar os cuidadores informais, destacando-se o “Apoiar para Cuidar” - Programa Integrado de Capacitação e Alívio da Sobrecarga de Cuidadores Informais que recebeu a distinção de Selo de Mérito de Município que Cuida dos Cuidadores Informais.

Desde o seu início, em setembro de 2022, o programa já completou 440 horas de capacitação individual e grupal e 3.794 horas em pausas breves e apoio emocional psicológico.

- *Fomentar o associativismo, a partilha intergeracional e o envelhecimento ativo com a promoção em conjunto com estabelecimentos de ensino e outras instituições de programas de voluntariado.*

Na área da juventude/promoção da saúde, desenvolvemos os seguintes programas:

- **Escola de Superpoderes**, programa de partilha de talentos no qual jovens mentores voluntários ensinam jovens em risco de exclusão social e/ou insucesso escolar, partilhando talentos com o objetivo de aumentar a sua consciência social individual e do grupo através do payback.

- **Bolsa de Voluntariado Jovem**, desenvolvido em parceria com o Departamento Municipal de Coesão Social, trata-se de um projeto que fomenta, apoia e reforça o envolvimento dos jovens em ações regulares de voluntariado, capacitando-os na área e estabelecendo pontes para a identificação das oportunidades de voluntariado existentes na cidade, através da Rede Local de Voluntariado.

- **Programa Aconchego**, desenvolvido em parceria com o Departamento Municipal de Coesão Social e com a Federação Académica do Porto, promovemos o diálogo e a solidariedade intergeracional, em resultado da vivência diária de jovens do ensino superior deslocados em residências de seniores que vivem sozinhos.

- **Saudavel-Mente**, o Município do Porto, através da empresa municipal Ágora, promove, desde setembro de 2022, um programa de bem-estar sénior. Trata-se de uma iniciativa gratuita dirigida à população residente na cidade, com mais de 60 anos, que tem como principais objetivos o fomento de um envelhecimento ativo e saudável e o aumento da resistência física, a promoção do equilíbrio e da mobilidade, assim como o incentivo a uma maior agilidade, aspetos fundamentais para a saúde dos mais velhos.

- Até ao final de outubro de 2024, o Município vai avançar com um novo projeto que junta jovens e pessoas com mais de 55 anos, num ambiente acolhedor e estimulante, de partilha de conhecimentos entre gerações, onde os participantes com mais de 55 anos, ainda em fase ativa, poderão encontrar soluções e estímulo para uma transição tranquila e positiva para a reforma, promovendo-se desta forma a saúde mental e física, o bem-estar e a integração plena.

Está ainda em curso, entre outros projetos, o Plano de Ação “Porto, Cidade Amiga das Pessoas Idosas 2023-2025”, que contempla 81 projetos de 31 entidades, para garantir uma política de envelhecimento que proporcione aos seniores independência, participação, segurança, auto-realização e dignidade. Através da Rede Local de Voluntariado estão em curso diversos projetos de promoção de voluntariado, destacando-se o voluntariado em contexto escolar.

- *Agravar a taxa de IMI para os prédios devolutos e em especial para os prédios que se encontrem em ruína, considerando os seus efeitos negativos na paisagem urbana e o efeito nos preços, pela ausência da oferta, e, simultaneamente, encetar contactos com vista à potencial aquisição destes imóveis a custos aceitáveis para integração nos programas de arrendamento acessível de iniciativa municipal.*

Em termos fiscais, ao abrigo do Código do IMI, o conceito de prédio devoluto está apenas relacionado com a desocupação do imóvel e não com o seu estado de conservação, aferido nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 159/2006, de 8 de agosto na sua redação atual.

Aquando da fixação da taxa anual do IMI na respetiva proposta prevê-se a majoração em 30% da taxa de IMI, aplicável aos prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que face ao seu estado de conservação não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens, o que tem vindo a aplicar-se anualmente.

- *Avançar com um programa de dinamização de formas alternativas para construção é modelos de habitação, com aposta nas Cooperativas de Habitação, com longa tradição no Porto, assumindo o município uma posição de garantia partilhada sobre o financiamento dos projetos e em projetos de habitação partilhada.*

Está em curso. O Município do Porto encontra-se neste momento a identificar terrenos disponíveis para cooperativas de habitação, tendo já encetado o contacto com várias cooperativas que têm atuado na cidade.

- *Lançar um programa de reabilitação das «ilhas» do Porto, independentemente da sua propriedade, aproveitando as subvenções a fundo perdido previstas no PRR, designadamente no programa 1.º Direito, com soluções que levem em conta a heterogeneidade destes núcleos residenciais, com a tónica na manutenção dos residentes em condições de conforto e dignidade, bem como nas necessidades habitacionais de casais jovens e estudantes, entre outros grupos.*

Está em curso há pelo menos 3 anos um programa específico para as ilhas do Porto, incluindo as de propriedade privada, com recurso a financiamento PRR. Nesse âmbito já foram aprovados pelo IHRU 4 projetos para ilhas de propriedade privada, dos 19 que foram submetidos aquele instituto público. No que respeita às ilhas de propriedade ou iniciativa municipal, já foram submetidos 4 projetos, dos quais 2 foram aprovados, incluindo-se nestes o projeto para 6 ilhas na Lomba, cuja obra está em curso.

- *Reforçar a oferta municipal de habitação para as classes médias.*

Estão em curso projetos que irão disponibilizar mais de 1200 novos fogos municipais de renda acessível até 2030. O conjunto de projetos em curso relativos à construção de habitação municipal, incluindo a renda apoiada, prevê um aumento do parque público de cerca de 1600 fogos, correspondentes a um crescimento de cerca de 12% do stock total de habitação municipal.

- *Reforçar o apoio ao pagamento das rendas de casa, no contexto do Porto Solidário/Fundo Municipal de Emergência Social, bem como nos eixos de apoio às IPSS e de apoio às organizações que trabalham com pessoas com deficiência.*

O Porto Solidário mantém a dotação orçamental prevista para o ano de 2024 no orçamento do próximo ano. Desde que, no ano passado, este programa foi transformado num complemento à ajuda do Estado Central, verifica-se que não se esgotou a verba disponível, pelo que se considera que a dotação prevista é a adequada. No que respeita às IPSS, o Município, para além do Fundo de Apoio ao Movimento Associativo, tem prevista a 2ª edição da Linha de Apoio a Obras para o Alargamento de Respostas Sociais, com diversos eixos, incluindo a área da deficiência.

- *Implementação de uma moratória para suspender novas licenças de Alojamento Local enquanto se mantiver a situação de crise habitacional que existe na cidade, em linha com o que estão a fazer as cidades europeias que se debatem com este problema, não permitindo que focos de habitação sejam retirados do mercado para outros usos que não a sua função primária.*

A cidade do Porto não tem atualmente um Regulamento de Alojamento Local em vigor em virtude de o anterior Governo ter na prática imposto a suspensão a todas as licenças de AL na cidade. No “Mais Habitação” ficou postulada a imediata suspensão da emissão de novas licenças de alojamento local em todo o território nacional nas modalidades “apartamento” e “estabelecimento de hospedagem integrado em fração autónoma de edifício”.

De notar que as restantes modalidades de alojamento, nomeadamente moradas, não sofrem impacto com esta medida.

Deste modo, esperamos alterações legais para implementar o regulamento de AL, que já tinha como foco nas zonas de contenção a proteção de focos de habitação no mercado de arrendamento, uma vez que estava lá estipulado “Em qualquer caso, não poderá ser autorizado, nas áreas de contenção, o registo excecional previsto no n.º 1 do presente artigo, quando em causa estiverem frações ou partes de edifícios sobre os quais tenha vigorado um contrato de arrendamento ou de comodato para habitação, há menos de 3 anos.”



- *Implementar um programa de intervenção nos bairros sociais municipais visando quatro eixos:*

1. *Eficiência energética e térmica dos edifícios, com instalação de painéis solares e outras soluções que melhorem o conforto dos moradores, reduzam a fatura mensal e diminuam e pegada carbónica na cidade;*

O Município do Porto, através da delegação de competências na Águas e Energia do Porto, EM, tem já definido um plano para a implementação de sistemas de produção de energia renovável nos bairros sociais municipais, que permitirá o acesso a energia elétrica a preços mais reduzidos, combatendo, assim, a pobreza energética. Destaca-se que em 2024 entrou já em funcionamento o primeiro Autoconsumo Coletivo no Bairro da Agra do Amial (112 kWp), baseado em energia solar fotovoltaica, estando abrangidas mais de 180 famílias.

Para os próximos anos está prevista a replicação deste modelo em mais bairros sociais, num total de cerca de 1,5 MWp de potência solar fotovoltaica instalada por ano. De notar, ainda, que este tipo de iniciativas tem vindo a ser alargado a outros edifícios municipais, contando a esfera municipal já com mais de 50 Unidades de Produção para Autoconsumo.

2. *Requalificação do espaço público e áreas ajardinadas, atualmente em visível degradação, promovendo a sua gestão descentralizada com as Juntas de Freguesia e com as Associações de Moradores;*

O trabalho do Município nos últimos anos pode ser facilmente testemunhado nas várias obras (quer a nível de requalificação como de expansão/criação) e contraria esta perceção de falta de investimento na requalificação e de aparente degradação. Senão vejamos, entre outros:

- Foi construído o TIC e os respetivos jardins, dotando a cidade de uma plataforma que abrange vários sistemas de transporte e operadores (2022);
- O Parque Central da Asprela, que recorre a soluções baseadas na natureza que permite a retenção de águas pluviais em períodos de chuvas intensas, mitigando a ocorrência de cheias e inundações, e garantindo a regularização fluvial da Ribeira da Asprela e a proteção de pessoas, bens e infraestruturas (2022);
- A reabilitação do Parque de São Roque e a sua expansão (2022);
- A concretização do Remate Poente do Parque da Cidade (2022);
- A expansão do Parque Oriental, no âmbito da requalificação do Rio Tinto (2020);
- A reabilitação do Jardim Emílio David (Jardins do Palácio de Cristal) e do Parque do Covelo;
- A requalificação da Praça 9 de Abril /Jardim Arca D'Água (junho 2024);

- Parque da Lapa (1ª Fase) e Parque Alameda de Cartes.

Alguns exemplos em desenvolvimento:

- O Jardim Sra. do Porto (em contratação de empreitada);
- A reabilitação do Jardim João Chagas / Jardim da Cordoaria;
- A requalificação do Jardim Paulo Vallada, com criação de bacias de retenção de água, através da modelação de depressões no jardim, com o objetivo de mitigar os episódios de inundação associados à ribeira Poço das Patas;
- A requalificação da Praça da República e a sua envolvente (em curso);
- A requalificação da Praça da Corujeira e a sua envolvente (projeto em desenvolvimento).

No que concerne a áreas de maior proximidade, nomeadamente bairros, o Município dispõe de uma equipa direcionada para gestão dos espaços verdes. A criação desta equipa exigiu um investimento inicial em maquinaria, viaturas para transporte de máquinas e respetivo equipamento de limpeza e manutenção. Conjugada com um planeamento mais eficaz e ajuste das equipas, foi possível diminuir progressivamente a duração do circuito de intervenção nos bairros, o que se traduz no aumento significativo da qualidade dos espaços verdes.

No âmbito da manutenção e gestão dos espaços verdes cedidos ao domínio municipal, o Município recorre a acordos de cooperações, com associações de moradores ou condomínios, quando se verifica ser de mútuo benefício para a boa preservação destes espaços verdes.

Encontra-se também em desenvolvimento projetos de requalificação para alguns espaços, por norma, inseridos no orçamento.

Por fim, será pertinente a concretização dos espaços que se consideram negligenciados, para se proceder à avaliação das necessidades de intervenção.

***3. Instalação progressiva de elevadores exteriores nos blocos, reconhecendo as dificuldades provocadas pela idade avançada de muitos moradores e outras situações de mobilidade reduzida.***

A maioria das habitações municipais foi construída em meados do século passado, não tendo as condições de acessibilidade que hoje são desejáveis. Por outro lado, a maioria dos edifícios dessa época tem uma configuração interna que impede a instalação de elevadores exteriores, uma vez que frequentemente os patamares de acesso às habitações se localizam no interior do perímetro do edifício, aos quais se acede, sempre, através de escadarias, essas sim acessíveis a partir do exterior. Quando se afigura como tecnicamente possível, no âmbito das obras de

reabilitação profunda, integra-se na empreitada a instalação de elevadores, como aconteceu recentemente no bairro da Pasteleira.

4. *Permitir a filhos e netos de moradores a reinscrição nos fogos municipais sempre que a sua situação económica o justifique ou que os moradores careçam de apoio por motivos de saúde.*

O Regulamento Municipal de Gestão do Parque Habitacional não o permite, não se pretendendo alterar o regulamento nesse ponto no próximo ano. Por definição, a habitação apoiada deve ser transitória, mantendo-se esse apoio apenas enquanto os agregados não têm capacidade económica para, de forma autónoma, solucionarem as suas necessidades habitacionais. Não deve, por isso, o arrendamento dos fogos municipais ser encarado como um direito sucessório, tratando-se de património público que deve ser gerido com equidade e parcimónia. Por outro lado, não podemos ignorar que existe uma lista de espera para atribuição de fogos municipais com cerca de 1000 agregados, que veriam o seu tempo de espera por um fogo aumentar pela integração de descendentes nos agregados ocupados pelos progenitores ou avós, o que não nos parece justo.

- *Encetar um pacote de descentralização de competências da Câmara para as Juntas de Freguesia da cidade, abrangendo áreas como a limpeza urbana, a habitação, a segurança e os direitos sociais, com a respetiva dotação orçamental.*

Está em curso o procedimento de contratação pública para aquisição de um estudo à Universidade sobre o impacto económico da transferência de competências para as Freguesias e Uniões de Freguesias da cidade.

- *Avançar com um novo mapa administrativo para as freguesias do Porto até ao primeiro trimestre de 2025.*

O processo de alteração dos limites administrativos das freguesias é complexo e demorado, carecendo de um estudo aprofundado que sustente as alterações propostas. Foram encetados contactos com a academia, designadamente com a Faculdade de Letras, há cerca de dois anos, no entanto não foi possível ainda avançar com a consultoria pretendida. Considerando que o próximo ano é o último do mandato, sendo ano eleitoral, não é viável que o novo mapa seja definido durante 2025.

- *Alargar a gratuidade dos transportes públicos do Porto para jovens residentes e estudantes na cidade até aos 25 anos.*

Considerando o **histórico e os resultados positivos** alcançados com o **alargamento da gratuidade nos transportes públicos** para jovens residentes no Porto, bem como a implementação do **Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos (PART)**, o Município do Porto reafirma o seu **compromisso com a mobilidade sustentável** e a **promoção do uso do transporte público**, reconhecendo que é nas gerações mais jovens que se consolidam **novos hábitos de mobilidade**.

Desde a introdução do programa de **transporte gratuito até aos 18 anos**, registou-se um **aumento significativo na procura**, com o número de **Cartões Porto. Andante 13-18** ativos a crescer 29% entre os anos letivos de 2021/22 e 2022/23, atingindo um total de **12 338 cartões válidos**. Este crescimento evidencia o **impacto positivo** da medida, com **2 630 392 validações** registadas no último ano letivo, demonstrando a **adoção crescente do transporte público** pelos jovens.

Com o lançamento do **novo programa do Governo**, que garante a **gratuidade dos passes até aos 23 anos** para estudantes inscritos em estabelecimentos de ensino nacionais, o programa municipal para a faixa etária dos **13 aos 18 anos** passa a ser **redundante**. No entanto, o Município do Porto, mantendo-se fiel aos seus objetivos de **mobilidade sustentável** e de **neutralidade carbónica até 2030**, continuará a promover o uso do transporte público.

Em **substituição** do programa anterior, foi implementado um **novo programa** que disponibiliza **22 viagens simples para 2 zonas** a todos os titulares do **Cartão Porto**, abrangendo de forma **transversal todas as faixas etárias**. Esta medida visa garantir que **toda a população** possa usufruir de incentivos para a utilização do transporte público, reforçando o **compromisso do Porto com a sustentabilidade** e a **mobilidade inclusiva**.

- *Implementar a gratuidade dos transportes do público do Porto para residentes com idade igual ou superior a 65 anos.*

Ao invés de implementar a gratuidade total dos transportes públicos para residentes com idade igual ou superior a 65 anos, o Município do Porto lançou um novo programa que oferece 22 viagens simples para 2 zonas a todos os titulares do Cartão Porto, aplicando esta medida de forma transversal a todas as faixas etárias.

Esta abordagem visa assegurar que toda a população, incluindo os mais idosos, possa usufruir de incentivos para a utilização do transporte público, reforçando o compromisso do Porto com a sustentabilidade e a mobilidade inclusiva, ao mesmo tempo que se garante uma gestão responsável dos recursos públicos.

Ainda de referir que as pessoas com 65 anos ou mais têm à sua disposição o serviço Táxi Saúde +65, que permite deslocações por motivos de saúde a um preço fixo de dois euros por viagem. Esta programa está disponível para todos os portadores do Cartão Porto, facilitando o acesso a centros de saúde e hospitais de forma mais acessível e conveniente para a população sénior.

- *Expandir os novos limites de velocidade (30km/h) a zonas de carácter predominante residencial, levando a cabo, em simultâneo, intervenções rodoviárias de acalmia do tráfego automóvel.*

O Município do Porto já está a implementar uma rede de percursos prioritários para meios de mobilidade suave, denominada **Rede 20**, que abrange cerca de 30 quilómetros de arruamentos na cidade. Esta rede estabelece, em alguns casos, uma velocidade máxima de circulação automóvel de 20 km/h, com prioridade para peões e modos suaves, num conceito de partilha do espaço público. A primeira fase de implementação já começou no Centro Histórico, incluindo a colocação de sinalética específica e a aplicação de medidas de acalmia de trânsito.

Nesta primeira fase, 12 dos 30 quilómetros previstos serão intervencionados, dos quais três quilómetros já correspondem a Zonas de Acesso Automóvel Condicionado (ZAAC) existentes. Entre as medidas adotadas estão a colocação de sinalização e a elevação do espaço destinado à circulação automóvel, com o objetivo de reduzir a velocidade de circulação e promover um ambiente mais seguro para todos os utilizadores do espaço público.

O programa integra-se na política definida pelo Plano Diretor Municipal (PDM), que visa a criação de um espaço urbano mais acessível e seguro, incentivando a utilização multiusos das ruas, em vez da sua destinação exclusiva ao trânsito automóvel.

Em termos de estacionamento, o programa assegura lugares para residentes e veículos de cargas e descargas, garantindo que os arruamentos da Rede 20 são multifuncionais e adaptados às necessidades dos moradores e utilizadores da cidade.

- *Concretizar um Plano de Mobilidade orientado para a gestão dos fluxos de trânsito automóvel e a minimização de consequências adversas para empresas e pessoas enquanto durarem obras de inevitável elevado impacto como as da expansão da rede do Metro, com recurso a semaforização inteligente e câmaras para controlo do trânsito, incluindo o reforço do investimento em semaforização inteligente e a colocação de lombas redutoras de velocidade em áreas residenciais e perto de escolas.*

Todos os pedidos de condicionamento de trânsito requeridos pela Metro do Porto são rigorosamente analisados e estudados pelo Departamento de Mobilidade, com o objetivo de minimizar as repercussões na mobilidade da cidade. As medidas adotadas são planeadas para

assegurar que o impacto no fluxo de trânsito seja o menor possível, e que as rotas alternativas e soluções temporárias sejam eficazes e seguras.

No entanto, dada a magnitude das obras e a sua complexidade, é inevitável que os impactos sejam significativos, e nem sempre é possível acomodar todas as alterações sem que ocorram perturbações relevantes na mobilidade urbana. O Município continua a trabalhar para mitigar estes efeitos, investindo em semaforização inteligente, câmaras para controlo de tráfego e outras medidas de gestão.

- *Capacitar a cidade com uma sala de espetáculos de média dimensão com a aquisição do Cine Teatro Vale Formoso para que as várias pequenas companhias de artes performativas do Porto possam atuar.*

Classificado conjunto de Interesse Municipal, (Edital n.º 190/2022, de 14 de fevereiro de 2022, com publicação no Diário da República n.º 38, 2.ª série, Parte H, de 23 de fevereiro de 2022), o Cine-Teatro Vale Formoso e Grupo de Moradias adjacentes, representa para o Município do Porto um valor cultural de significado relevante, uma vez que se configura através da sua escala, da sua linguagem moderna e conteúdos programáticos, como um dos equipamentos urbanos de proximidade de maior notabilidade social, enquanto exemplar do cinema de bairro promovido na época do Estado Novo.

A sua arquitetura e a sua programação alimentaram o acontecimento social e cinéfilo da “ida ao cinema”, ato gerador de afetos que resultaram numa memória coletiva inserida na história do cinema da cidade do Porto.

O Cine-Teatro Vale Formoso representa uma mais-valia enquanto testemunho que ilustra os conceitos socioculturais e políticos da década de 40 do século XX português que, ultrapassando a escala de cinema de bairro, adquiriu presença na memória coletiva portuense

- *Desenvolver de um programa de promoção da saúde oral nas escolas, com a contratação de uma equipa de higienistas orais e de médicos dentistas e o fornecimento de material adequado à higiene oral das crianças.*

A saúde oral está a ser trabalhada de forma articulada no subgrupo específico do Plano Municipal de Saúde designado por “Promoção da Saúde Oral”, onde, entre outros parceiros, figuram a Ordem dos Médicos Dentistas, a Mundo a Sorrir – Associação de Médicos Dentistas Solidários Portugueses, bem como os Cuidados de Saúde Primários da cidade.

Os objetivos são a divulgação e promoção da adesão ao Programa Nacional de Promoção de Saúde Oral (PNPSO), incluindo o aumento da taxa de adesão ao cheque-dentista no Município, trabalhar o mapeamento de projetos/atividades no âmbito de promoção de saúde oral, criar um repositório dinâmico de recursos da literacia em saúde oral organizado por temática e população-

alvo, capacitar profissionais do 3º setor na área de saúde oral e a divulgação das últimas atualizações sobre os procedimentos de atribuição do cheque-dentista.

Acrescem as Oficinas de Saúde Oral disponibilizadas a profissionais das mais diversas áreas e ao público em geral, que são operacionalizadas contando com a experiência e *know how* de uma técnica superior de saúde oral do mapa de pessoal do Departamento Municipal de Promoção de Saúde e Qualidade de Vida e Juventude, cuja formação de base é Medicina Dentária.

A Câmara do Porto já promove nas escolas a saúde oral através do Projeto “APRENDER A SER SAUDÁVEL” com a MUNDO A SORRIR - Associação dos Médicos Dentistas Solidários. A deliberação do Executivo de 8 de julho de 2024 aprova a continuidade do projeto no ano letivo 2024/2025.

- *Criar um programa municipal de saúde, em complemento à oferta do Serviço Nacional de Saúde, para cidadãos residentes no Porto com baixos recursos, possibilitando a participação municipal no custo dos medicamentos.*

Estamos já a trabalhar nesta matéria, em articulação com a rede de parceiros do Plano Municipal de Saúde. Está em fase de análise as respostas mapeadas e existentes na cidade para elaboração de proposta de resposta complementar na área.



**ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO**  
**PROPOSTAS DOS GRUPOS POLÍTICOS – ORÇAMENTO 2025**

**Partido Social Democrata (PSD)**

*1. Reduzir mais 0,5% na taxa de participação do Município do Porto no IRS de 2025.*

A proposta de fixação da participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, nos termos do disposto no artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, para os rendimentos do ano 2025, contemplará a redução em 0,5 p.p., fixando-se em 3% do IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho do Porto, calculado sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1, do artigo 78.º do Código do IRS.

*2. Manter a redução da taxa de derrama municipal para micro e pequenas empresas com menos de 150.000€ de faturação.*

O Regulamento de Isenção de Impostos Municipais do Município do Porto em vigor já prevê, na alínea a) do seu Artigo 16.º-E, a taxa de 1% (taxa reduzida) de derrama municipal sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC gerado no Município do Porto para os sujeitos passivos com um volume de negócios igual ou inferior a 150.000,00 €.

*3. Reforçar o número de fogos dirigidos à classe média, para arrendamento a custos controlados, comumente designados por “habitação acessível”, aumentando a oferta de habitação pública municipal no Porto.*

Estão em curso projetos que irão disponibilizar mais de 1200 novos fogos municipais de renda acessível até 2030. O conjunto de projetos em curso relativos à construção de habitação municipal, incluindo a renda apoiada, prevê um aumento do parque público de cerca de 1600 fogos, correspondentes a um crescimento de cerca de 12% do estoque total de habitação municipal.

*4. Alargar a área coberta por videovigilância a outras zonas da cidade, contribuindo para a melhoria do sentimento de segurança das populações, para desincentivar a prática de crimes e para reforçar a eficácia na atuação direcionada das forças de segurança nos locais mais problemáticos.*

No âmbito da 2ª fase, a 24 de Julho de 2023, a Câmara do Porto lançou o concurso público para aquisição e manutenção do sistema de videovigilância, ao abrigo de um protocolo de colaboração estabelecido entre o Município e a PSP. A 4 de dezembro de 2023 foi adjudicado à empresa Soltráfego no valor de 1.9 milhões de euros. Neste momento, a implementação do sistema de videovigilância (2ª fase) aguarda apenas o despacho do MAI. Pretendemos o alargamento para Ramalde numa 3ª fase.

*5. Aumentar as áreas verdes na cidade com a criação de mais espaços de fruição pública, nomeadamente através da conclusão do antigo processo da “quinta de Salgueiros”.*

Na linha da estratégia definida na estrutura ecológica do PDM, prevê-se a requalificação e criação de novos espaços verdes, alguns, porém decorrentes de espaços cedidos ao domínio municipal, no âmbito de operações urbanísticas. Podemos, no entanto, evidenciar algumas empreitadas que se encontram em conclusão/concluídas como o Parque da Lapa (1ªFase) e o Parque da Alameda de Cartes.

Sobre a Quinta de Salgueiros: apesar de nos últimos 10 anos se terem desenvolvido muitas iniciativas para aumentar o conhecimento e a proteção do espaço (estudos de biodiversidade e inventariação de valores, proteção da fonte na entrada do espaço, vedação para evitar depósito de resíduos, estudo e consolidação do património construído – ruínas da casa, da capela, muros e outros elementos construídos –, controlo de vegetação invasora, entre outros), em 2023 o Município viu aprovado um financiamento europeu (Horizonte Europa) para instalar no espaço um laboratório urbano e espaço demonstrativo de soluções de base natural (projeto NBRACER). Em curso está o projeto para instalação de um parque-laboratório, cujo início da obra se perspetiva para 2025.

[www.porto.pt/pt/noticia/novo-parque-laboratorio-instalado-na-quinta-de-salgueiros](http://www.porto.pt/pt/noticia/novo-parque-laboratorio-instalado-na-quinta-de-salgueiros)

*6. Reforçar o número de equipamentos desportivos existentes na cidade, possibilitando o combate ao sedentarismo, a melhoria da saúde pública e a promoção da inclusão social através da prática desportiva.*

Temos vindo a investir na ampliação e requalificação do parque desportivo municipal da cidade, a saber:

- Alargamos, de forma descentralizada, a oferta de equipamentos desportivos e de lazer de acesso fácil e gratuito, dando especial atenção ao basquetebol (tabelas e campos de *street basket*);
- Instalamos 18 mini ginásios ao ar livre para a prática de exercício físico;
- Requalificamos o complexo desportivo do Campo Municipal do Outeiro.

- Requalificamos o campo de futebol de 11 do Parque da Cidade e construímos um edifício de apoio à zona desportiva.
- Realizamos obras estruturais e de melhoria de eficiência energética, térmica e ambiental na Piscina Municipal Eng.º Armando Pimentel.
- Ampliamos o Skate Park no Parque Desportivo de Ramalde/Inatel.
- Requalificamos o Pavilhão Irene Lisboa, o Pavilhão do Viso, o Pavilhão Fontes Pereira de Melo, o Pavilhão Nicolau Nasoni e o Pavilhão Pêro Vaz de Caminha (todos eles geridos pela empresa municipal Ágora fora do horário escolar).
- Durante o mês de outubro de 2024, terminará a requalificação nos polidesportivos de exterior de 6 escolas básicas: António Nobre, Areosa, Manoel Oliveira, Viso, Pêro Vaz de Caminha e Leonardo Coimbra.
- Destaque, também, para o investimento que foi feito no Estádio de Praia, equipamento sazonal instalado na Praia Internacional do Porto nos meses de verão, que contou com um reforço na infraestruturação elétrica.
- No primeiro trimestre de 2025, ficará concluída a Fase II do Parque Desportivo de Ramalde/Inatel, com a construção de um novo campo de futebol e rugby, uma zona de lançamentos do martelo, peso e dardo, e um local destinado para a modalidade de tiro com arco.
- A substituição dos relvados sintéticos da FADEUP e do atual campo de futebol e rugby do Parque Desportivo de Ramalde, está prevista para 2025.
- Temos o projeto em curso para a empreitada do Parque Desportivo da Ervilha, onde se inclui a construção de um campo de futebol de 11, um campo de futebol de 7 e um campo de apoio para treinos. A construção do Parque Desportivo Oriental, que vai contar com um Skate Park, parede de escalada, campo de street basket, uma pump track e estações de workout. Bem como a construção de um edifício de apoio aos desportos de mar.

No que diz respeito à melhoria da saúde pública através da prática desportiva informal, importa referir que a Ágora desenvolve vários programas municipais de acesso gratuito a todos os municípios, tais como:

- Dias com energia (214 aulas com 1695 participantes – 1º semestre);
- Domingos em forma (24 aulas – 1º semestre);
- Aulas de Skate (72 aulas com 868 participantes – 1º semestre);
- Saudavelmente (43 aulas – 365 participantes - 1º semestre);
- Porto Saudável (24 aulas – 1100 participantes).

A Ágora disponibilizou, entre junho e setembro de 2024, aulas de fitness e manutenção gratuitas através do programa “Porto.ComVida”, num total de 75 aulas que decorreram nos 18 ginásios a “céu aberto” instalados por toda a cidade no ano de 2022.

Todas as atividades acima elencadas têm como objetivo estimular hábitos de vida saudável e combater o sedentarismo através da prática de atividade física.

Para combater o sedentarismo temos, também, em vigor o “Ciclismo vai à escola”, que se trata de um segmento do Programa Nacional “Ciclismo para Todos”, criado pela Federação Portuguesa de Ciclismo, em parceria com o Instituto Português do Desporto e Juventude, e que conta com o apoio da empresa municipal Ágora. Em 2024 prevê-se a realização de 40 ações em 6 escolas do Porto para ensinar crianças do 1.º ciclo a andar de bicicleta e/ou aperfeiçoar a “arte” de pedalar. O Município do Porto acolhe este programa desde 2022. Foi frequentado já por mais de 2100 alunos de 21 escolas da cidade.

Na promoção da inclusão social através da prática desportiva, de referir o “Desporto no Bairro”. Para a edição de 2024, contamos realizar um total de 488 aulas: 45 aulas de Skate, 192 aulas de Breaking, 100 aulas de Surf e 151 aulas de Street Basket, envolvendo 17 áreas de intervenção, prevendo-se atingir os 1100 participantes. Tem uma duração de 7 meses e vão ser atribuídas 14 bolsas.

Só nos últimos anos, foram instalados mais de 100 equipamentos de fitness, em 18 espaços verdes, com o objetivo de “combater o sedentarismo, promover a melhoria da saúde pública e da inclusão social através da prática desportiva.”

Tratando-se estes locais de uma rede primordial, o município, prevê a criação de novos espaços de jogo e recreio. Deste modo, encontra-se em fase de conclusão um Estudo da rede de espaço de jogo e recreio que planeia a criação de novos espaços com equipamentos desportivos em paralelo com os parques infantis.

*7. Manter a pressão política junto do Governo no sentido de mitigar os problemas de congestionamento da VCI, explorando infraestruturas como a CREP e a A4 (troço Matosinhos – Ermesinde).*

O Município do Porto tem mantido uma postura ativa e firme junto do Governo para abordar os problemas de congestionamento da VCI. Reconhecendo a importância desta via estruturante para a mobilidade urbana e a interligação entre os principais núcleos do Porto e Vila Nova de Gaia, o Município tem insistido na necessidade de explorar todas as infraestruturas disponíveis, como a CREP e a A4, para aliviar a pressão sobre a VCI.

Durante a reunião de 3 de setembro de 2024 com os autarcas da Área Metropolitana do Porto, foi reiterado pelo Ministro das Infraestruturas e da Habitação que a questão do congestionamento

da VCI é uma prioridade total para o Governo, com a promessa de uma "solução definitiva" até ao final de 2024, com base nos estudos de 2021 e em políticas de gestão de tráfego e portagens.

*8. Concluir o planeamento urbanístico da Avenida Nun'Alvares que permitirá a ligação da Praça do Império à Avenida da Boavista, abrindo um novo eixo de mobilidade na zona ocidental da cidade.*

Está em curso. Depois de concertadas as posições dos 21 proprietários que integram a UOPG 1- Nun'Álvares, já foram delimitadas as 3 unidades de execução previstas, estando neste momento a ser concluídos os respetivos projetos de loteamento. O estudo prévio da futura avenida está concluído, estando em curso o obrigatório Estudo de Impacto Ambiental. É expectável que esses processos terminem no próximo ano, reunindo-se então as condições para o início da construção da avenida, que uma vez concluída irá permitir uma nova abordagem integrada à mobilidade na frente atlântica da cidade.

*9. Reforçar (novamente) a dotação orçamental do programa Rua Direita e das verbas previstas para a regeneração urbana, permitindo maior e mais célere requalificação, reorganização e repavimentação do espaço público, com melhoria dos arruamentos ao nível dos pavimentos, passeios e respetivas marcações e sinalética.*

Acolhido na proposta de orçamento.

*10. Aumentar a Rede de Creches da Cidade, continuando a desenvolver esforços no sentido de garantir o aumento de creches nas diferentes freguesias do Porto.*

A creche é uma resposta social, que se destina a acolher crianças de idades compreendidas entre os 3 meses e os 3 anos, tutelada e financiada pela Segurança Social, a quem cabe em primeira instância o seu incremento e desenvolvimento. A Segurança Social não celebra acordos com os Municípios nem com as Freguesias para a gestão de creches pelo que defendemos que a melhor forma de democratizar a resposta é enquadrá-la no sistema educativo e ser garantido o financiamento tal como acontece com a educação pré-escolar. Contudo o Município do Porto tem vindo a apoiar a criação de novas creches da rede solidária, através da disponibilização de instalações e/ou de financiamento à construção às IPSS's da cidade e tem assumido projeto e obras para a instalação de creches. Em 2025 estarão em curso investimentos na cidade para a criação de cerca de 500 novas vagas em creche na rede solidária.

*11. Estender o projeto de “residências partilhadas para idosos” a mais habitações municipais na cidade, visando estimular o envelhecimento ativo, promover a autonomia dos idosos e combater o isolamento social.*

A Domus Social tem em curso os projetos de residências partilhadas em propriedade municipal, designadamente no Bairro de Ramalde e no antigo património dos Pobres, em Pereiró. Estes projetos vêm acrescer às residências partilhadas que já existem em todas as freguesias da cidade, com exceção das freguesias do Centro Histórico. O Município, através da Domus Social, está disponível para a entrega de mais habitações, designadamente às freguesias que o venham solicitar, com vista à expansão da oferta para idosos em residências partilhadas.

*12. Promover uma campanha de Sensibilização e Integração Cultural nas escolas, promovendo a convivência intercultural, a diversidade e a inclusão.*

Em 2025 estará em curso o Projeto de Mediação Socioeducativa que visa promover a inclusão e a paz no Município do Porto através da prática de mediação em contexto escolar, privilegiando a adoção de uma metodologia de gestão positiva da convivência escolar, da promoção de relações interpessoais saudáveis e cooperantes, de inclusão, de prevenção de conflitos e de resolução construtiva dos mesmos, na base da comunicação ética e do empoderamento das pessoas e, conseqüentemente, das comunidades educativas.

**ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO**  
**PROPOSTAS DOS GRUPOS POLÍTICOS – ORÇAMENTO 2025**

**Coligação Democrática Unitária (CDU)**

*1. Reforço do Programa Fundo de Apoio ao Associativismo e apoio às Juntas de Freguesia para a sua adequada concretização.*

O programa Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense tem permitido apoiar associações, clubes e outras instituições da cidade espalhadas pelas sete Freguesias / União de Freguesias, possibilitando o desenvolvimento da sua atividade e a criação de novos projetos, alocando um montante global de € 875.000,00, dotação que se considera adequada. Cada uma das Juntas de Freguesia conta com a disponibilização de uma verba (anual) de € 5.000,00 destinada a suportar os custos administrativos com a implementação do programa.

*2. Urgente concretização da Carta Municipal de Habitação, estabelecendo meios para a posse administrativa de edifícios e terrenos devolutos, priorizando o investimento público em Habitação para a disponibilização de renda apoiada.*

Os trabalhos de elaboração da Carta Municipal de Habitação estão a ser concluídos, prevendo-se a sua discussão pública no primeiro trimestre de 2025. O seu objetivo, no entanto, não é o estritamente enunciado na sugestão apresentada, antes configurando um documento síntese da política municipal de habitação, que prioriza a construção e reabilitação de fogos para a classe média na modalidade de renda acessível.

*3. Autonomização, em sede de Orçamento, das iniciativas de concretização do Protocolo subscrito pelo Município do Porto e o IHRU no âmbito do Programa 1º Direito e que deve passar pelos seguintes objetivos:*

- *Reforçar, para 2025 e com o objetivo de antecipar as obras, as verbas disponibilizadas para a recuperação de inúmeras habitações municipais devolutas existentes na cidade, designadamente na Colónia Viterbo Campos, no Bairro Sidónio Pais, em diversos arruamentos do Centro Histórico, no antigo bairro da Tapada, no Património dos Pobres (Rua dos Plátanos), etc.*

Todos os anos o município do Porto lança um conjunto muito significativo de empreitadas de reabilitação dos edifícios municipais destinados à habitação. O orçamento destinado a esse investimento inscrito na proposta de orçamento já corresponde a um reforço relativamente ao



ano de 2024. Todos os projetos referidos nesta proposta já estão em curso, seja na fase de obra (Tapada, Colónia Viterbo Campos, Bairro Sidónio Pais, Centro Histórico), seja na fase de projeto (Centro Histórico, Património dos Pobres).

- *Incluir nova candidatura ao 1º Direito de terrenos devolutos municipais, com prioridade aos terrenos da zona do Aleixo, da revisão do processo dos loteamentos do Monte da Bela, Eirinhas, da zona da Antas, etc., para a criação de habitação pública.*

A proposta não é acolhida, uma vez que importa garantir, em primeiro lugar, que as candidaturas já apresentadas no âmbito dos dois contratos de colaboração assinados com o IHRU (via SRU e CMP) sejam efetivamente pagas ao município.

Por outro lado, como sabemos o 1º direito destina-se preferencialmente à habitação apoiada. Ora, importa referir que os projetos para as Eirinhas já estão em obra (48 fogos de renda apoiada, 32 fogos de renda acessível), os terrenos do Aleixo ainda não estão loteados (o que se prevê apenas para meados do próximo ano) nem se propõe que os lotes municipais sejam destinados à habitação de renda apoiada (mas sim renda acessível) e no Monte da Bela o Executivo pretende que seja construída habitação acessível.

- *Rever e reativar o regulamento do Alojamento Local.*

Aguardamos as alterações à lei para que os Municípios passem de novo a ter a regulação do Alojamento Local no seu território.

4. *Concretização do Programa de Emergência Social, aprovado por proposta da CDU em 2019, em que se dê prioridade:*

- *À requalificação do espaço público da envolvente aos bairros municipais, incluindo Ramalde, Pasteleira, Pinheiro Torres, Lordelo, Maceda, etc.*

Este ano foi concluída a obra do espaço público do Bairro de Agra do Amial. Está em curso a empreitada de requalificação do Bairro da Maceda. A empreitada “Arranjo Urbanístico do Espaço Público do Bairro do Bom Pastor e Vale Formoso e de Reabilitação dos Equipamentos (Polidesportivo Exterior e Balneários)” já foi adjudicada aguardando visto do Tribunal de Contas para iniciar. Prevê-se o seu arranque em novembro. Ainda nesse mês, iremos iniciar a contratação da empreitada do “Arranjo Urbanístico do Espaço Público do Bairro do Monte da Bela”. Em 2025, prevemos avançar com a contratação das empreitadas de requalificação do espaço público dos bairros de Campinas, do Carvalhido e do Cerco. Também em 2025, prevemos avançar com os projetos de requalificação do espaço público de Duque de Saldanha, da Pasteleira, Fonte da Moura, Francos, S. Roque da Lameira, Carriçal e Outeiro.

- *Reforçar as verbas do Programa “Desporto no Bairro” que permita alargar a sua atividade a todos os bairros (municipais e do IHRU) da cidade, bem como a diversificação do seu âmbito a atividades, culturais, recreativas e sociais.*

Desde a sua criação, em 2020, o “Desporto no Bairro” não tem parado de crescer e alargar a sua atividade, quer a nível de dotação e número de locais abrangidos.

Em 2024, o “Desporto no Bairro” tem a duração de 7 meses e envolve 17 áreas de intervenção. Contamos realizar um total de 488 aulas: 45 aulas de skate, 192 aulas de breaking, 100 aulas de surf e 151 aulas de street basket. Estão previstas várias atividades paralelas, como a participação em espetáculos, exposições e eventos desportivos.

O “Desporto no Bairro” tem vindo a registar um crescente número de participantes ao longo dos anos, prevendo-se atingir os 1100 participantes em 2024, face aos 600 participantes da edição de 2020.

Outra das novidades para a edição de 2024 trata-se da atribuição de 14 bolsas: duas para o breaking, duas para o skate, quatro para o surf e seis para o street basket. Os 14 bolseiros vão poder continuar a praticar a sua modalidade olímpica de eleição sem qualquer custo.

- *Reforçar as verbas do orçamento do Programa “Cultura em Expansão”, permitindo o seu alargamento a toda a cidade.*

O programa Cultura em Expansão está a ser reanalisado no âmbito do projeto do polo cultural do Matadouro, prevendo-se a possibilidade de reforço assim que a infraestrutura esteja concluída.

*5. Apoio às comunidades migrantes e às suas organizações existentes na Cidade, designadamente pela concretização do Conselho Municipal das Comunidades.*

Desde 2019 o Porto tem vindo a desenvolver uma estratégia para a integração das comunidades migrantes, sendo de destacar o trabalho de mediação intercultural que vem sendo concretizado no terreno, e que conta, entre outras medidas, com um serviço de atendimento especializado de mediação intercultural a funcionar no Gabinete do Município. O Projeto de Mediadores Municipais e Interculturais permite estreitar relações de convivência saudável entre as populações mais vulneráveis da cidade, designadamente comunidades cigana e migrante e a população em geral; mitigar o efeito nocivo da exclusão social e promover a interculturalidade no concelho a todas as pessoas que chegam ou escolhem o Porto para viver. O projeto assegura a transversalidade da mediação intercultural, integrando áreas específicas, como a educação, a saúde, a habitação, a cultura e o mercado de trabalho, dotando as pessoas de competências e de poder social. Para

além do trabalho articulado que se faz em sede da Rede Social a implementação deste projeto conta com o envolvimento de quatro instituições de solidariedade social de reconhecido mérito na cidade como a Associação de Ludotecas do Porto, a Associação de Solidariedade e Ação Social de Ramalde; o Espaço T - Associação para Apoio à Integração Social e Comunitária; e a JRS Portugal - Associação Jesuíta aos Refugiados. É desenvolvido, também, o Projeto Porto\_4\_All – Integração Profissional de Migrantes que visa promover facilitar a inserção profissional da Comunidade Migrante na Cidade do Porto. Em 2024 será concluído o Plano de Ação para a Integração das Comunidades Migrantes.

*6. Projetar e construir piscinas municipais nas freguesias e uniões de freguesia em que não existem piscinas públicas (UF Aldoar, Bonfim, Ramalde e Paranhos).*

A rede municipal de piscinas do Município do Porto obedece a uma distribuição geográfica equitativa, entre a zona ocidental e oriental da cidade.

*7. Inscrição de verbas para a construção de:*

- a. Polidesportivo descoberto nos terrenos do antigo estádio de Vidal Pinheiro;*
- b. Polidesportivo descoberto na Alameda 25 de Abril;*
- c. Polidesportivo da Escola Secundária Alexandre Herculano;*
- d. Polidesportivo das Eirinhas;*
- e. Espaço ajardinado com equipamentos desportivos na Urbanização de Santa Luzia.*

Ao abrigo do apoio concedido pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), a empresa municipal Ágora terminará, em outubro de 2024, a empreitada de requalificação de seis Polidesportivos de Exterior inseridos em contexto escolar (Areosa, Viso, Pêro Vaz de Caminha, Leonardo Coimbra, António Nobre e Manuel de Oliveira), demonstrando a aposta do Município do Porto no desporto e na prática de atividade física.

Está igualmente prevista a reabilitação de Polidesportivos de Exterior que se encontram fora das instalações das escolas da cidade.

Apesar da rede de espaços de jogo e recreio encontrar-se em constante evolução, conforme a dinâmica da cidade, privilegiam-se sempre zonas carenciadas que não sejam abrangidas pela área de abrangência (500m) dos equipamentos existentes ou propostos. Deste modo, vamos aumentar o parque infantil de Santa Luzia, assim como, o da zona do amial, para onde estão equacionados equipamentos desportivos.

*8. Melhorar as condições de trabalho de algumas escolas com maiores problemas e reivindicar a maior urgência junto da Administração Central das verbas necessárias para a reabilitação das Escolas a precisar de recuperação urgente.*

Das 18 escolas transferidas no âmbito do processo de descentralização de competências para o Município do Porto, 9 escolas precisam de grandes obras de recuperação e reabilitação. O Governo comprometeu-se, através da Resolução do Conselho de Ministros nº 178/2023, de 22 de dezembro, a disponibilizar o instrumento financeiro para recuperar e reabilitar 451 escolas em municípios de todo o país, um investimento de mais de 1,7 mil milhões de euros, até 2033, que inclui as escolas do Porto. O Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro, na sua atual redação, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da educação, ao abrigo dos artigos 11.º e 31.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, prevê que as obras de Requalificação e Modernização de equipamentos escolares continuam a ser da responsabilidade do Ministério da Educação, cabendo às Câmaras Municipais apenas assegurar as obras de manutenção e conservação corrente, o que tem feito. O Município do Porto tem vindo a desenvolver os programas base e os projetos com vista a posicionar-se para em função do mapeamento e a calendarização definidos pelo Governo garantir que as escolas do Porto beneficiem das obras de grande requalificação e modernização de que necessitam.

*9. A urgente dotação de mais sanitários e balneários públicos na Cidade, bem como a reabilitação e abertura dos existentes, com prioridade ao Parque Oriental, Baixa e Centro da Cidade.*

Está em curso a instalação de 8 sanitários públicos associados a quiosques, incluindo serviços de manutenção preventiva, depois do concurso lançado em 2022 ter sido objeto de litigância em tribunal, o que atrasou a sua adjudicação, que só aconteceu em agosto deste ano.

*10. Inscrever verbas que permitam alargar:*

*a. O programa de atividades de tempos livres, garantindo os horários de “pontas” aos pais do Ensino Básico, com atividades culturais, desportivas e de lazer.*

O Município do Porto tem assumido a educação como uma das suas áreas prioritárias de intervenção, em articulação com todos os agentes da comunidade educativa e, muito particularmente, com os Agrupamentos de Escolas e as Famílias. Apesar do Porto possuir uma rede escolar de muito boa qualidade, manteremos o investimento nesta área, sempre com a preocupação de humanizar as escolas e de as dotar das melhores condições para o ensino e a aprendizagem. Asseguramos o serviço de refeições, mesmo nas pausas escolares e nos períodos de férias, e a ação social escolar. Reforçamos a segurança e o bem-estar, criando e dinamizando projetos educativos e estimulando dinâmicas lúdico-educativas. O Município do

Porto assegura o programa PORTO DE ATIVIDADES a todas as crianças, sem encargos financeiros para as famílias. O programa decorre entre o término da componente letiva e até às 17h30, com as seguintes atividades diárias:

– ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR (AEC) – com oferta de expressões lúdicas e de atividade física e desportiva. No compromisso com a educação inclusiva, existe uma oferta adaptada de hidroterapia, cinoterapia e musicoterapia para os alunos das unidades especializadas.

– COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA – com atividades de animação e de apoio ao estudo. Para os alunos das unidades especializadas, existe uma oferta adaptada na área das expressões e da atividade motora.

- Atividades de Animação e de Apoio à Família nos Jardins de Infância com oferta de música, judo e expressão física e motora.

O Município do Porto reforça, ainda, a oferta educativa das escolas em diferentes áreas:

– Da educação artística, científica e para a cidadania, com vários projetos diferenciadores do programa PORTO DE CRIANÇAS;

– Da promoção da leitura e da aprendizagem da língua portuguesa, através do Programa de Promoção do Sucesso Escolar “Porto de Palavras:

– Do empreendedorismo, com o programa PORTO DE FUTURO;

– Da educação financeira, com o projeto NO POUPAR ESTÁ O GANHO;

– Da literacia da saúde, através do projeto APRENDER A SER SAUDÁVEL.

*b. O programa de férias, incluindo a interrupção letiva do Natal e da Páscoa, e aumentar a oferta e os horários, incluindo nas férias de Verão, salvaguardando os preços de acesso aos rendimentos das famílias.*

O programa “Missão Férias@Porto” já se realiza na interrupção letiva do Natal e da Páscoa, além das férias de Verão.

São promovidas mais de 45 atividades adaptadas às diferentes faixas etárias, com uma grande variedade de atividades desportivas, recreativas e culturais.

O número de vagas deste programa municipal tem vindo a aumentar de ano para ano, totalizando 4608 vagas para as três edições de 2024 (Páscoa, Verão e Natal).

É estabelecido, anualmente, um protocolo com a Associação de Desporto Adaptado do Porto (ADADA), que possibilita a inscrição e o acompanhamento de jovens com necessidades educativas especiais. Acrescem as vagas destinadas a 96 crianças sinalizadas pelo

Departamento Municipal de Coesão Social. Os preços são bastante acessíveis, havendo, inclusivamente, preços especiais para famílias (descontos para 2º, 3º e 4º filho).

O Museu e Bibliotecas do Porto inclui, na sua programação regular, atividades de férias para crianças na interrupção letiva do Carnaval, Páscoa, Verão e Natal.

Normalmente abrangem a faixa etária dos 6 aos 12 anos, proporcionando atividades culturais diferenciadas relacionadas com as coleções dos espaços onde são realizadas. Funcionam em três moldes:

- Programação conjunta das unidades orgânicas que compõem o Museu e Bibliotecas do Porto (Museus, Património, Biblioteca e Arquivo Histórico) com divisão da semana de férias pelos diferentes espaços (exemplo, dia 1 no Reservatório, dia 2 no Museu Romântico, dia 3 na Biblioteca Municipal Almeida Garrett, dia 4 na Casa do Infante)
- Definição de um tema único a desenvolver pelas unidades orgânicas em cada semana de férias (por exemplo, férias de verão em que a semana 1 é organizada pelo Património, a semana 2 é organizada pelos Museus, a semana 3 é organizada pela Biblioteca e a semana 4 é organizada pelo Arquivo Histórico)
- Atividades que são realizadas de forma independente pelas unidades orgânicas, não seguindo um tema conjunto previamente estipulado

As atividades têm um limite máximo de 15 participantes e o custo de participação varia desde as atividades que são gratuitas (normalmente as de curta duração) até aos 25€ (duração de uma semana, todo o dia; aplicam-se os descontos habituais de 50% para cartão Porto., cartão bibliotecas do Porto e trabalhadores da CMP e empresas municipais).

As férias organizadas pelo Museu e Bibliotecas do Porto têm como objetivo dar a conhecer os seus espaços, as suas coleções e a sua envolvente, proporcionar momentos de partilha entre todos os participantes, estimular a imaginação, o espírito crítico e o prazer pela descoberta.

O programa de férias de verão intitula-se *Musas em Férias* e conta com duas edições. A primeira edição centrou-se no tema *Mãos na Memória*, onde foi explorada a importância das mãos para a construção de memórias e realizadas atividades exploratórias de âmbito artístico-pedagógico em três espaços: Museu Romântico, Reservatório e Casa Marta Ortigão Sampaio. A segunda edição, realizada ao longo de quatro semanas no verão de 2024, foi dedicada aos *Gabinetes de Curiosidades*, tendo sido lançado o desafio de cada participante criar o seu próprio gabinete recorrendo a técnicas e materiais inusitados enquanto explorava os espaços e as coleções do Museu Romântico, do Reservatório, da Casa do Infante e da Biblioteca Municipal Almeida Garrett. Esta última edição contou com a participação de 60 crianças e jovens.

*11. Dotar o Orçamento das verbas necessárias à implementação de um programa de hortas urbanas públicas que garanta a construção, em 2025, de mais hortas municipais (freguesia de*

*Campanhã e UF de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, S. Nicolau, Miragaia e Vitória) e o apoio/legalização de inúmeras hortas criadas voluntariamente por moradores/associações aproveitando terrenos devolutos.*

O município tem como objetivo alargar a rede de hortas municipais, contribuindo para a resiliência do sistema alimentar dos cidadãos com a utilização mínima de recursos públicos. A estratégia defendida passa por celebrar parcerias com entidades públicas e privadas, assumindo a CMP um papel de mediador/apoio técnico, passando a gestão para o parceiro LIPOR, de modo a que sejam acauteladas as melhores práticas.

Atualmente, o município dispõe de 13 hortas que no total apresentam um total de 527 talhões.

Verifica-se, no desenvolvimento de alguns projetos de requalificação de espaços exteriores, nomeadamente de bairros, a inclusão da implementação de hortas.

Sempre que se verificam estas situações, no âmbito de estudos que coincidam com locais com as valências descritas, são consultados os moradores e associações, para que o mesmo seja integrado nos projetos, porém, sempre pensando na gestão como apoio da Lipor.

Ainda, nos estudos urbanísticos desenvolvidos no PDM é possível observar a inclusão de espaços de cultivo associado à criação de áreas verdes.

*12. Inscrever verbas que garantam a implementação de um programa de reabilitação e dinamização dos diversos mercados de levante existentes na cidade, designadamente os do Covelo, Viso e Francos; bem como a dinamização de campanhas de incentivo e divulgação da produção regional.*

Trata-se de uma competência das Juntas de Freguesia.

*13. Reforço do Programa Porto Solidário.*

O Porto Solidário mantém a dotação orçamental prevista para o ano de 2024 no orçamento do próximo ano. Desde que esse programa foi transformado em complementar à ajuda do Estado Central, no ano passado, verifica-se que não se esgotou a verba disponível, pelo que se considera que a dotação prevista é a adequada.

*14. Reforço de verbas para o Regimento dos Sapadores Bombeiros visando a melhoria das suas condições de trabalho, designadamente remuneratórias e do seu reforço tendo em conta o aumento das necessidades da cidade por causa do aumento do fluxo turístico.*

A questão remuneratória suscitada e outras, dependem de revisão legislativa por parte do poder central, não estando nas competências da autarquia.



Encontra-se prevista a abertura de um processo de mobilidade entre órgãos para reforço de efetivo e estão a ser realizados os cursos de promoção de diversos postos da carreira de sapador bombeiro.

*15. Reforço na empresa municipal Águas do Porto das verbas necessárias para a melhoria das suas condições de trabalho e acabar com as discriminações remuneratórias.*

A Águas e Energia do Porto, EM, está comprometida com a melhoria contínua das condições de trabalho de todos os seus colaboradores, sendo esta uma prioridade estratégica da empresa. Considerando que um ambiente de trabalho seguro e saudável é essencial para o desempenho e a satisfação dos colaboradores, a empresa tem vindo a promover investimentos significativos em equipamentos, instalações, formação e segurança e saúde, assim como nas suas condições remuneratórias.

Acresce referir que a igualdade de tratamento e remuneração é um princípio que a Águas e Energia do Porto, EM, se esforça por garantir em todas as suas práticas. É importante, no entanto, esclarecer que as diferenças salariais, quando existentes, estão associadas a fatores como vínculo contratual – regime de cedência de interesse público (CIP) e contrato individual de trabalho (CIT) –, antiguidade, qualificações, responsabilidades específicas e critérios de desempenho.

Por último, sublinha-se que a Águas e Energia do Porto, como empresa municipal, opera com recursos limitados e dentro de um quadro de gestão pública que exige equilíbrio financeiro para manter a prestação de um serviço público de qualidade à população, pelo que a política remuneratória da empresa, assim como outros benefícios atribuídos aos colaboradores, considera os resultados económico-financeiros e as recomendações externas (nomeadamente do acionista e da entidade reguladora).

*16. Adoção das medidas necessárias para o rápido lançamento do concurso público com vista à seleção de um operador que assegure a travessia fluvial de Lordelo do Ouro, integrando-a, preferencialmente, no sistema de transportes públicos da cidade e da Região.*

As competências pela gestão do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis interiores foram delegadas na Área Metropolitana do Porto, conforme deliberação na reunião da Assembleia Municipal havida a 8 de janeiro de 2024. Assim, compete aquela entidade desenvolver os trabalhos necessários para a implementação de um serviço de transporte público fluvial no rio Douro.

*17. Alocação de verbas para o alojamento complementar na Escola Pires de Lima de produtores e criadores musicais e culturais do Centro Comercial STOP.*

Tendo já sido validado o estudo prévio relativo à execução das Instalações provisórias para músicos na Escola Pires de Lima, encontra-se neste momento a decorrer o prazo para entrega do anteprojecto, seguindo-se a fase de projeto de execução/revisão.

*18. Proceder à avaliação do funcionamento dos abrigos de transportes públicos na Cidade com vista à substituição do que for necessário.*

A instalação e funcionamento dos abrigos de transporte coletivo instalados no âmbito da “Concessão de Utilização Privativa do Domínio Público Municipal para Instalação, Manutenção e Exploração Publicitária de Mobiliário Urbano”, cujo ato de adjudicação foi aprovado em reunião da Câmara Municipal de 10.01.2022, é monitorizada pelos serviços municipais em permanência, no âmbito da gestão dos respetivos contratos, pelo que não se afigura necessária a adoção da medida sugerida.

*Por outro lado, há iniciativas que, tendo impacto reduzido ou mesmo nulo no Orçamento, consubstanciam políticas municipais que podem e devem ficar plasmadas no Plano de Atividades do Município e que há muito são necessárias. São os casos das seguintes propostas apresentadas pela CDU:*

*1. Alargamento a todos os trabalhadores do universo municipal, que reúnam condições para receber o Subsídio de Insalubridade, Penosidade e Risco, incluindo bombeiros.*

O Município do Porto já paga este subsídio a todos os trabalhadores com enquadramento legal previsto no Decreto-Lei n.º 93/2021, de 9 de novembro.

A atividade da Ágora não inclui trabalhos que justifiquem o pagamento destes subsídios.

*2. Alargamento do horário de 35h de trabalho a todos em todas as empresas municipais.*

A atividade laboral na empresa municipal Ágora é regida pelo Código do Trabalho, aplicando-se o regime vigente de 40 horas de trabalho semanal.

*3. Contínua regularização de todos os vínculos precários na CMP e nas Empresas Municipais e internalização de mais serviços públicos, incluindo os serviços de vigilância.*

O Município do Porto, procedeu à regularização dos vínculos precários no âmbito do Programa de Regularização de Vínculos Precário, ao abrigo da n.º Lei 112/2017, de 29 de dezembro.

Todos os vínculos laborais na Ágora estão em conformidade com os preceitos legais aplicáveis.

*4. Melhoria das condições de trabalho dos trabalhadores municipais, incluindo das empresas municipais, das escolas, das unidades de saúde, etc.*

O Município do Porto prossegue uma estratégia de promoção do bem-estar dos seus trabalhadores, a nível pessoal e profissional, focalizando a sua ação em diversos vetores que, conjugadamente, procuram promover melhores condições de trabalho.

De referir a este respeito a certificação nas seguintes Normas:

- NP EN ISO 9001:2015 - Sistemas de Gestão da Qualidade.
- NP 4427:2018 - Sistemas de Gestão das Pessoas.
- NP ISO 45001:2019 - Sistemas de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho.
- NP EN ISO 14001:2015 - Sistemas de Gestão Ambiental.
- NP 4552:2022 - Sistema de Gestão da Conciliação entre a da Vida Profissional, Familiar e Pessoal.

**Promoção da segurança e saúde no trabalho:**

- Disponibilização de uma matriz de identificação de perigos e avaliação de risco da Câmara Municipal do Porto, que identifica, por tipologia de função, os riscos associados e as medidas preventivas a adotar, designadamente os equipamentos de proteção individual obrigatórios.
- Realização de consultas de medicina do trabalho e medicina curativa, dentro da periodicidade legal ou a pedido dos trabalhadores ou dirigentes.
- Realização de visitas aos locais de trabalho por técnicos superiores de segurança no trabalho, seja de forma preventiva, na verificação da conformidade em cada posto de trabalho, ou reativa, mediante situações de risco reportadas.
- Realização de ações de sensibilização/informação e formação para aumentar ou promover o conhecimento teórico/prático na implementação de procedimentos de segurança, seja no manuseamento de máquinas e/ou utilização de equipamentos de proteção individual e também na adoção de posturas e comportamentos adequados.
- Realização de rastreios médicos, englobados em dias temáticos (por exemplo Dia nacional de Luta Contra a Obesidade) ou projetos de avaliação da saúde, sendo avaliados fatores de risco para a saúde dos trabalhadores.

- Realização de visitas conjuntas entre técnicos de segurança e médicos do serviço de Medicina do Trabalho, avaliando, no local e juntamente com os trabalhadores, todas as condições e condicionantes do respetivo posto de trabalho.
- Avaliação da conformidade dos Equipamentos de Proteção Individual e Fardamento, por cada função, em articulação com as unidades orgânicas, bem como verificação de máquinas e equipamentos de trabalho.
- Disponibilização a todos os trabalhadores, de forma anónima e gratuita de acompanhamento psicológico, suportado por consultas de psicologia em entidade externa.

Com efeito, a Ágora dispõe de boas condições de trabalho, procedendo de forma contínua à avaliação e melhoria dessas condições.

*De igual modo, a CDU apresentou propostas que visam a adoção, por parte da Câmara Municipal do Porto, de uma postura mais reivindicativa, junto da Administração Central, em torno das seguintes questões:*

*1. Reforço de verbas para o alargamento do apoio social aos “sem-abrigo” no ex-Hospital Joaquim Urbano, com a abertura de todas as alas, traduzindo-se num efetivo aumento de vagas;*

As respostas sociais não foram transferidas para os Municípios sendo uma competência da Segurança Social. Mesmo assim, o Município do Porto tem uma Estratégia Municipal para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, que permitiu alargar significativamente as respostas na cidade, promovendo o trabalho articulado entre todas as entidades que intervêm no fenómeno, assim como preencher áreas lacunares identificadas como essenciais para promover as respostas adequadas e promover uma cidade mais coesa. Tem sido reforçado o investimento nesta área, com o aumento do esforço municipal.

A par das respostas das diversas instituições e ao nível do NPISA, o Município desenvolve uma estratégia municipal para a integração das PSSA assente em dez eixos de intervenção, com investimento municipal, nomeadamente:

- Equipa Multidisciplinar
- Centro de Alojamento Temporário Joaquim Urbano
- Rede de Restaurantes Solidários
- Alojamento de Longa Duração
- Integração Socioprofissional
- Capacitação/Formação

- Saúde
- Participação e Cidadania
- Capacitação e Reforço de Gestores de Caso
- Estrutura Residencial de Baixo Limiar.

O Centro de Acolhimento Temporário Joaquim Urbano, tem capacidade para 40 pessoas, com financiamento exclusivo do Município do Porto. Foi criado e mantém-se em funcionamento o Centro de Acolhimento de Emergência, que se tem revelado uma resposta única e fundamental na cidade. Nas instalações do “Joaquim Urbano” há oficinas e espaços de animação e formação para PSSA, e uma cozinha para a confeção das refeições para a Rede dos 3 Restaurantes Solidários, para além de um restaurante solidário que também funciona nestas instalações. Apesar de ter sido aprovado o financiamento, no âmbito do PRR/Comunidades Desfavorecidas, para a instalação e funcionamento de uma Estrutura de Baixo Limiar, nas antigas instalações do Hospital Joaquim Urbano, há mais de um ano e meia que se aguarda autorização de utilização das instalações pelo Ministério das Finanças. Continuaremos a pugnar junto do Governo para que sejam aumentadas as vagas nas várias respostas sociais e de saúde, nomeadamente o número de vagas na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental nas várias modalidades residenciais; criar respostas de saúde específicas para os doentes toxicodependentes e estruturas residências com equipas específicas.

*2. Alocação de outros equipamentos na zona Ocidental da Cidade para fornecimento de refeições e acolhimento a pessoas sem-abrigo, com programa semelhante ao realizado no ex – Hospital Joaquim Urbano, designadamente nas instalações do antigo Quartel da Manutenção Militar, no Ouro.*

Como é público o Governo anterior anunciou que as antigas instalações do Quartel de Manutenção Militar, no Ouro, transitaram para o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) para habitação acessível.

**ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO**  
**PROPOSTAS DOS GRUPOS POLÍTICOS – ORÇAMENTO 2025**

**Bloco de Esquerda (BE)**

*As Grandes Opções do Plano e o Orçamento Municipal para 2025 discutem-se neste último ano de mandato com relativa antecipação, quando comparado com os anos anteriores, o que saudamos.*

*Relembramos a importância de que este seja um processo aberto e participado, com reuniões de discussão de opção política – Grandes Opções do Plano - e ainda com a inclusão de um orçamento municipal participativo que permita que a cidade seja envolvida e contribua com propostas vinculadas a uma pequena fatia do Orçamento Municipal destinada para o efeito.*

*A discussão sobre o Orçamento Municipal é a ocasião para apresentar propostas essenciais que podem fazer a diferença para uma cidade em que a economia, o urbanismo, a mobilidade, a ação social, o ambiente e a cultura colocam no centro as pessoas e a igualdade de oportunidades de quem vive e também de quem trabalha na cidade. Voltamos a enfatizar que as contas públicas devem ser discutidas em reuniões públicas e esperamos que finalmente assim aconteça.*

*O Bloco de Esquerda na cidade do Porto, através da sua representação no Executivo e na Assembleia Municipal, tem vindo a apresentar diversas propostas para o que entendemos ser uma cidade mais justa, igualitária e que permitisse atrair os habitantes que o Porto perdeu ao longo de décadas. A grande maioria dessas propostas não tem sido acolhida e as restantes são-no após anos de insistência: Plano Municipal Integrado de Combate à Pobreza, não concessão do Coliseu, manutenção e aumento da Taxa Municipal Turística, adoção de um Regulamento do Alojamento Local (apesar de não estar neste momento em vigor), promoção do transporte público e gratuito para jovens, investimento (ainda que aquém das necessidades) em habitação pública... Voltamos por isso a insistir em muitas das propostas que há anos temos vindo a apresentar e que, queremos acreditar, serão – mais tarde ou mais cedo – implementadas.*

*Considerando o exposto e ao abrigo do estipulado na Lei n.º 24/98, de 26 de maio – Estatuto do Direito de Oposição, Direito de Consulta Prévia, o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda apresenta as seguintes propostas:*

**1. Direito à Habitação**

*A enorme carência habitacional é questão central na cidade do Porto. As condições das rendas e os preços que se praticam na cidade não permitem, à maior parte das pessoas que o desejam ou precisam, viver na cidade. Com isto, as situações de sobrelotação e de pessoas sem casa ou*

*sem teto – nacionais ou não – aumenta exponencialmente. É uma emergência e a resposta é cada vez mais urgente.*

*Garantir o direito à habitação passa por garantir um parque habitacional público suficiente e rendas compatíveis com os rendimentos das pessoas. Repetimos: nenhuma política será consequente se a população não conseguir viver na cidade.*

Propomos:

1. Garantir respostas habitacionais para o presente e futuro na cidade, alcançando 15% de habitação 100% pública até 2026, com o fim da alienação de património municipal habitacional.

O prazo sugerido para a meta proposta não é exequível, na nossa opinião.

O conjunto de projetos em curso relativos à construção de habitação municipal, incluindo a renda acessível e apoiada, prevê um aumento do parque público de cerca de 1600 fogos, correspondentes a um crescimento de cerca de 12% do stock total de habitação municipal, nos próximos 4 anos.

*2. Suspensão de registos de Alojamento Local na cidade e proposta de moratória a hotéis ainda não licenciados.*

A cidade do Porto não dispõe atualmente um Regulamento de Alojamento Local em vigor em virtude de o anterior Governo ter, na prática, imposto a suspensão a todas as licenças de AL na cidade. No “Mais Habitação” ficou postulada a imediata suspensão da emissão de novas licenças de alojamento local em todo o território nacional nas modalidades “apartamento” e “estabelecimento de hospedagem integrado em fração autónoma de edifício”.

De notar que as restantes modalidades de alojamento, nomeadamente moradias, não sofrem impacto com esta medida.

Deste modo esperamos alterações legais para implementar o regulamento de AL que já tinha como foco nas zonas de contenção a proteção de focos de habitação no mercado de arrendamento, uma vez que estava lá estipulado “Em qualquer caso, não poderá ser autorizado, nas áreas de contenção, o registo excecional previsto no n.º 1 do presente artigo, quando em causa estiverem frações ou partes de edifícios sobre os quais tenha vigorado um contrato de arrendamento ou de comodato para habitação, há menos de 3 anos.”

*3. Revisão da Estratégia Local de Habitação e elaboração da respetiva Carta Municipal, de forma a incluir as situações que têm surgido principalmente situações muito urgentes e de grupos vulneráveis - conforme determinado na Lei de Bases da Habitação - e sem resposta de habitação permanente no mercado. Há situações de emergência habitacional que não são compatíveis com os critérios de uma lista de espera que ao longo dos anos apenas aumenta. É necessário ter uma reserva de habitação municipal para estes casos de extrema urgência, pelo que o Município deveria ter em permanência uma reserva de, pelo menos, 10 habitações, com características diversificadas para este efeito.*

Não se pretende no próximo ano rever a ELH. Os trabalhos de elaboração da Carta Municipal de Habitação estão a ser concluídos, prevendo-se a sua discussão pública no primeiro trimestre de 2025. Pretende-se que a carta configure um documento síntese da política municipal de habitação, que prioriza a construção e reabilitação de fogos para a classe média na modalidade de renda acessível.

## *2. Direito a viver com dignidade*

*A economia promovida na cidade vive de salários baixos e vínculos precários. Seja no turismo, na restauração, no comércio ou ainda nos serviços de logística urbana e ainda de cuidados e limpeza. As pessoas não têm condições para fazer face ao aumento das rendas, da eletricidade, dos transportes e da alimentação. As respostas de apoio à infância são também ainda escassas. Uma larga parte dos habitantes, mas uma parte ainda maior de quem trabalha na cidade, sofre para conseguir chegar ao fim do mês e não poderá responder, sem endividamentos progressivos e de altos custos, a uma eventualidade. Com os dados a demonstrar um aprofundamento da realidade e os números da pobreza a suscitar novas preocupações, urge criar definitivamente o Plano Municipal integrado de Combate à Pobreza e implementar medidas concretas que garantam a dignidade de todas as pessoas. É de crucial importância que verbas específicas para o seu arranque em 2025 sejam inscritas no orçamento sob pena de, como acontece habitualmente, ficarmos com uma estratégia sem quaisquer recursos para a sua concretização.*

*Propomos:*

*1. A adoção de respostas sociais adicionais e fundamentais como criar e automatizar a Tarifa Social da água, saneamento e resíduos, que abrangerá 19 mil famílias num valor máximo de incidência orçamental de 1,5M e negociação de dívidas antigas em prestações passíveis de pagamento.*

A Águas e Energia do Porto, EM, reafirma o que tem vindo a ser transmitido, por ocasião da apresentação de idênticas propostas do Bloco de Esquerda, em 2022 e 2024.



O tarifário comum é mais baixo do que os tarifários sociais praticados em cinco municípios da AMP (Arouca, Paredes, Santo Tirso, Trofa e Valongo). Além do mais, esse tarifário comum está alinhado com o tarifário social médio apurado para a AMP, divergindo apenas em €0,29/mês (ou 1,7%), o que evidencia que as tarifas praticadas têm um cariz social para a generalidade dos utilizadores domésticos da cidade do Porto, ficando tal situação a dever-se aos ganhos de eficiência na operação que foram sendo repercutidos nas tarifas aplicadas, em cada momento, pelo Município do Porto.

No que se refere à proposta referente à “negociação de dívidas antigas em prestações passíveis de pagamento”, a Águas e Energia do Porto, EM, informa que permite, a todo o tempo, que os seus clientes acedam a planos de pagamento dos valores em dívida, que lhes sejam legalmente exigíveis. No caso de dívidas mais antigas, que se encontram em cobrança coerciva, as regras de acesso a planos de pagamento em prestações estão estabelecidas em conformidade com o disposto no Código de Procedimento e de Processo Tributário, que esta empresa tem de aplicar e fazer cumprir.

Sem prejuízo disso, não tem deixado a empresa de analisar e de ponderar situações especiais, que exigem, muitas vezes, um tratamento diferenciado, especialmente, os casos de comprovada fragilidade económica, social e até de saúde, de qualquer elemento do agregado familiar. Nestas situações, podem ser solicitadas, e são muitas vezes propostas ou negociadas, condições especiais para a regularização de dívidas, através do acesso a planos de pagamento em prestações mais flexíveis, que admitem a sua regularização mais dilatada no tempo.

Neste contexto, importa, igualmente, salientar que a regularização de dívidas com acesso a condições de pagamento mais flexíveis, nas situações acima mencionadas, não ocorre apenas para dívidas mais antigas. A este respeito deve recordar-se a medida aprovada e em vigor, desde 2023, de Apoio Excepcional ao pagamento das faturas a pagamento ou vencidas e não pagas, ainda em fase de pré-contencioso, sem juros remuneratórios e de mora. Esta medida foi promovida, precisamente, com o intuito de dar uma resposta ao agravamento, nos últimos anos, das condições económicas das populações, em particular dos munícipes do Porto.

É, ainda, de referir que, num passado recente, a Águas e Energia do Porto, EM, promoveu uma Medida Excepcional de Regularização de dívidas mais antigas, em cobrança coerciva, que isentava o pagamento de acréscimos legais, facilitando também, nessa altura, o acesso a planos de pagamento em condições muito especiais.

*2. No âmbito do Plano Municipal Integrado de Combate à Pobreza, criação de pelo menos 30 equipas técnicas multidisciplinares para uma resposta de intervenção comunitária e integrada nas zonas habitacionais da cidade de maior vulnerabilidade, bem como elaborar e operacionalizar uma estratégia para reforçar as respostas e recursos de saúde, sociais e comunitários no âmbito dos comportamentos aditivos e dependências.*

As competências e atribuições para atuar diretamente na área do tratamento dos comportamentos aditivos e dependências cabem em exclusivo ao Ministério da Saúde, pelo que a criação (e/ou financiamentos) de equipas multidisciplinares com este propósito estarão na esfera de atuação do Instituto para os Comportamentos Aditivos e Dependências (ICAD).

Ainda assim, tem o Município colaborado com as entidades da Saúde com investimento direto, de que é exemplo o Programa de Consumo Vigiado na cidade, a estrutura amovível para consumo vigiado, em funcionamento há mais de dois anos na zona da Pasteleira, bem como uma unidade móvel, cuja equipa técnica multidisciplinar será financiada e está a ser selecionada pelo ICAD, reforçando que a competência para tratamento dos comportamentos aditivos e dependências se encontra fora da esfera municipal.

No âmbito da coesão social e do trabalho desenvolvido na cidade, está em curso uma estratégia para aprofundar o trabalho de articulação e integração das várias medidas e programas, nomeadamente no que respeita ao Serviço de Atendimento e Acolhimento Social Integrado, os Núcleos Locais de Inserção no âmbito do Rendimento Mínimo Garantido, o Modelo Integrado de Acompanhamento e Gestão de Casos (MIAGC), o Núcleo de Garantia para a Infância, os Contratos Locais de Desenvolvimento Social, entre outras.

*3. Que o Plano Municipal Integrado de Combate à Pobreza tenha como principais linhas de orientação a produção sistematizada de conhecimento, a definição de áreas prioritárias de intervenção e respetivas metas, incluindo o desenho de um modelo articulado de atuação entre todas as áreas de governação monitorizado por uma estratégia participada de avaliação continua.*

O Conselho Local de Ação Social do Porto aprovou em julho de 2024, por unanimidade, o Diagnóstico Social, o Plano de Desenvolvimento Social 2024-2028 e o Plano de Ação 2024-2025. Depois de aprovados os instrumentos de diagnóstico e planeamento estão em curso a elaboração de planos mais específicos, entre os quais o Plano Municipal Integrado de Combate à Pobreza.

### 3. Direito à mobilidade

*Os transportes representam custos indiretos para as famílias no quotidiano, nas tarefas de cuidado, de lazer, de abastecimento e na deslocação para o trabalho ou estudo. Uma política de transportes públicos diversos e acessíveis apoia a população, combate as alterações climáticas e reduz a dependência de combustíveis ou outras fontes de energia. À decisão de manutenção das tarifas dos transportes públicos, devem acrescer outras políticas no sentido de dissuadir da utilização do automóvel, reduzindo o consumo energético e garantindo poupança a quem vive e trabalha no Porto.*

*Propomos:*

*1. Alargamento da gratuidade dos transportes para todos os jovens até aos 23 anos, para pessoas com mais de 65 anos, pessoas com mobilidade condicionada e pessoas em situação de desemprego (com uma dotação orçamental de cerca de 3ME tendo em conta uma previsão de adesão na ordem dos 20% de cada grupo em causa em 2025), como início de uma progressividade para a gratuidade total, à luz do que acontece em outras cidades europeias.*

O Município do Porto, mantendo o seu compromisso com a mobilidade sustentável e a inclusão social, tem vindo a implementar medidas para promover o uso do transporte público de forma acessível e eficiente. Em vez de um alargamento imediato da gratuidade dos transportes para todos os jovens até aos 23 anos, pessoas com mais de 65 anos, pessoas com mobilidade condicionada e pessoas em situação de desemprego, o Município adotou uma abordagem progressiva e sustentável.

Foi implementado um novo programa que disponibiliza 22 viagens simples para 2 zonas a todos os titulares do Cartão Porto, abrangendo todas as faixas etárias, incluindo os grupos mencionados.

Adicionalmente, para pessoas com mais de 65 anos, o Município disponibiliza o serviço Táxi Saúde +65, que permite deslocações para centros de saúde ou hospitais a um preço fixo de dois euros por viagem, reforçando o apoio social para a população mais vulnerável.

Esta abordagem progressiva alinha-se com práticas de outras cidades europeias, permitindo uma gestão responsável dos recursos públicos e assegurando uma transição gradual para a gratuidade total, sempre em sintonia com os objetivos de neutralidade carbónica até 2030 e de promoção da mobilidade inclusiva.

*2. Desenho e implementação do Plano Municipal de Mobilidade Suave, incluindo a execução do programa de reposição da segurança ciclável nas Avenidas Atlânticas.*

O Município do Porto está a desenhar o Plano Municipal de Mobilidade Suave (PMUS), que inclui um eixo estratégico dedicado à mobilidade ativa. Este plano visa promover a mobilidade ciclável e pedonal de forma integrada e segura em toda a cidade.

*3. Implementação de um sistema de bicicletas partilhadas, público, integrado no sistema Andante, para que este seja de uso generalizado e com tarifas acessíveis ou gratuitas.*

Desde 2020, o Município do Porto disponibiliza um sistema de partilha de modos suaves, que inclui bicicletas e trotinetes, com ou sem motor, para uso público de curta duração, sem necessidade de docas para estacionamento. Este sistema promove uma mobilidade urbana mais sustentável e eficiente, facilitando deslocações curtas dentro da cidade e contribuindo para os objetivos de sustentabilidade ambiental do município.

No que respeita à integração do sistema de bicicletas partilhadas no Sistema Intermodal Andante, este processo requer uma coordenação estreita entre várias entidades, incluindo o Estado, a Área Metropolitana do Porto (AMP), o Município e os operadores de transporte. A fixação de tarifas acessíveis para este sistema integrado de bilhética deve obedecer a critérios técnicos e financeiros, previamente acordados entre todas as partes envolvidas, de forma a garantir a sua sustentabilidade e acessibilidade generalizada.

A alteração e fixação de novas tarifas no Sistema Intermodal Andante, sendo um sistema de bilhética integrada que cobre a utilização de vários meios de transporte público na AMP com um único título, exige um acordo entre as diversas autoridades de transporte.

O Município do Porto destaca que o regime de funcionamento atual do Sistema Intermodal Andante é estruturado com base no Acordo de Bases Gerais entre a AMP e os Transportes Intermodais do Porto (TIP), entidade gestora do sistema, e pelos acordos de adesão dos vários operadores de transporte público. Estes acordos estabelecem as obrigações e responsabilidades de cada parte, assegurando que qualquer alteração tarifária seja coordenada e aprovada por todas as partes envolvidas, garantindo uma gestão eficiente e harmonizada do sistema intermodal, com ênfase na acessibilidade e uniformidade tarifária para os utilizadores.

#### 4. Direito à produção e fruição cultural livre

*A cultura na cidade do Porto deve poder emancipar-se das instituições municipais e do Executivo, que, para lá da definição da fatia orçamental a afetar às políticas culturais com critérios sujeitos a escrutínio público, deve ter como papel a garantia da democratização da participação neste domínio (por exemplo, promovendo fóruns de debate sobre as festas do município), a implementação de uma política cultural que assegure as condições para a criação e a fruição cultural, o apoio à geração espontânea da atividade artística e à gestão de espaços de criação artística (salas de ensaio para artes performativas, ateliers de artes plásticas, atelier multimédia, oficinas artesanais) e de apresentação ao público.*

*Propomos:*

*1. Converter o valor gasto com apoios avulso e sem critérios pré-estabelecidos, num fundo municipal de apoio às estruturas culturais, aberto ao longo do ano, com condições de acesso claras, ampla divulgação, e sem curadoria ou pré-requisitos no que toca aos formatos e âmbitos que esta atividade artística apoiada pode assumir.*

Na DMCP, os apoios municipais seguem as prioridades estabelecidas pela estratégia do executivo municipal.

Assim, o MP tem tido particular atenção em cooperar com entidades que se candidatam a outras linhas de apoio, tais como às Linhas de Apoio Sustentado da **DgArtes**, pois reconhece o mérito destas candidaturas e a importância que têm para o desenvolvimento cultural da cidade.

O Município do Porto promove, anualmente, o **Criatório**, um concurso de apoio à criação e programação artísticas no Porto que abrange as seguintes áreas: Artes visuais e curadoria; Artes performativas; Composição, programação e performance musical; Literatura e pensamento crítico. Este programa de financiamento – com regulamento próprio - tem como principais objetivos contribuir para a consolidação da atividade de artistas e agentes culturais provenientes de múltiplas disciplinas artísticas e que no Porto podem encontrar um contexto propício ao desenvolvimento da sua prática profissional.

Um outro exemplo é o programa **Shuttle** que tem como principal objetivo promover internacionalmente a cultura da cidade e o trabalho de artistas, autores e agentes culturais sediados no Porto. Esta iniciativa visa atribuir bolsas de apoio nas áreas de Artes Visuais e Curadoria; Artes Performativas; Performance e Composição Musical; Tradução e Criação Literária e Ensaística. Com um orçamento total de 100 mil euros, as bolsas de apoio a atribuir, de com o regulamento definido para o concurso e publicamente divulgado, variam entre os 1000 e os 7500 euros.

Atribui, ainda, as **Bolsa Neves & Bolsa Pascaud**. São duas bolsas de apoio à produção em cinema. Através destes apoios, financiam-se, no espaço de um ano, cinco projetos realizados integralmente na cidade.

À Bolsa Neves podem candidatar-se artistas, realizadores e produtores residentes no concelho do Porto, enquanto a Bolsa Pascaud é destinada a artistas, realizadores e produtores residentes fora do concelho.

Também, anualmente, o MP transfere verbas para as freguesias e uniões de freguesias de forma a estas atribuírem apoios a associações no âmbito do **Fundo Municipal de Apoio ao Associativismo Portuense**.

Bienalmente é atribuído o **Prémio João de Almada** aos melhores exemplos de reabilitação que tenham sido concluídos, de acordo com o projeto e regulamentos, durante o período de dois anos a que cada prémio se refere, em cada uma das seguintes categorias: Edifícios Residenciais e Edifícios não Residenciais.

Ainda, anualmente, estão abertos a toda a população os **Concursos de Presépios e Cascatas de S. João**, de acordo com editais públicos.

Em 2025, o MP pretende resgatar o Concurso Aurélia de Sousa e Teixeira Lopes, dirigido a finalistas de Escolas de Arte Portuguesas. Tem como objetivo a criação de bolsas de estudo no estrangeiro no domínio da pintura Aurélia de Sousa e da escultura Teixeira Lopes e do legado testamentário de Marta Ortigão Sampaio à CMP.

*2. Criar a Carta Municipal da Cultura participada pelos agentes e com produção de um inventário das estruturas culturais (amadoras e profissionais - bandas, grupos de teatro, cineclubes, associações culturais) e dos espaços culturais (públicos, privados, comunitários/associativos e outros passíveis de utilização conforme as necessidades), promovendo uma bolsa de espaços de produção, ensaio, armazenamento e apresentação para as estruturas culturais da cidade.*

Esta tarefa, de natureza multidisciplinar, foi desenvolvida com os contributos das diferentes unidades orgânicas e está atualmente em fase de atualização.

O MP integra o grupo de trabalho da Carta Metropolitana para a Cultura, o qual já produziu a versão zero do documento. Estiveram envolvidos agentes culturais, investigadores, cidadãos, num debate participado e alargado. O Manifesto (2023/2028) prevê a valorização do Património Cultural e estímulo à criação contemporânea; mapeamento do setor cultural metropolitano e criação de uma plataforma metropolitana para a cultura, entre outras áreas, reforçando a necessidade de cooperação regional e internacional.

5. *Propostas igualmente urgentes e passíveis de orçamentação para 2025:*

1. *Concretização de propostas apresentadas pelo Bloco de Esquerda e aprovadas na Câmara Municipal, a saber:*

a) *Estudo sobre diversidade de Género da Toponímia da cidade do Porto (aprovada em 9 de novembro de 2022)*

Esta não é matéria de âmbito orçamental.

b) *Programa Local de ‘Espaços de Calor’ como resposta às necessidades da população Sem-Abrigo e à pobreza energética (aprovada em 26 de janeiro de 2024)*

O Município do Porto coordena a Rede Social do Porto, composta por 330 instituições e organizações, no âmbito da qual foi criado o NPISA – Núcleo de Planeamento Intervenção Pessoas em Situação de Sem-Abrigo do Porto, composta por 67 instituições. Este tem sido o fórum privilegiado para diagnosticar as necessidades, definir as prioridades, mobilizar parcerias e operacionalizar o respetivo plano de ação. Anualmente é definido o Plano de Contingência para Pessoas em Situação de Sem-Abrigo – Tempo Frio “Prevenir, Atenuar, Socorrer, Apoiar”, pela Proteção Civil, após a auscultação prévia do NPISA Porto.

c) *Diálogo, Debate e Participação em torno da mobilidade: é essencial envolver utilizadores, trabalhadores e outros atores relevantes, na discussão sobre a melhoria dos serviços de transporte público, para o que a promoção de um ciclo de debates na cidade sobre mobilidade, a acontecer no segundo trimestre do ano, seria extremamente benéfico. (aprovada em 4 de março de 2024)*

Esta não é matéria de âmbito orçamental.

2. *Outras*

a) *Estabelecimento pelo Município de uma parceria com a academia ou outra entidade qualificada que proceda à identificação das principais fontes de poluição do ar no Município e seus impactos na via pública.*

Importa começar por ressaltar que o Município do Porto tem a seu cargo unicamente a manutenção de infraestruturas de energia das estações instaladas no Município do Porto e colabora com a **Comissão de Coordenação Regional do Norte** na implementação de planos e programas de melhoria da qualidade do ar da região norte – **entidade a quem compete a**

## **política de gestão e manutenção da rede de medida da qualidade do ar, juntamente com a Agência Portuguesa do Ambiente.**

Toda a informação disponível aos municípios sobre este assunto pela CCDR-N pode ser consultada no site - <https://qualar.apambiente.pt/>

O Concelho do Porto está inserido na Aglomeração Porto Litoral e tem implantadas 2 estações:

- Sobreiras (Junto à ETAR de Sobreiras) desde dezembro de 2007 e mede os poluentes NO<sub>2</sub>, NO<sub>x</sub>, CO, O<sub>3</sub>, PM<sub>10</sub>, PM<sub>2,5</sub>
- Antas (junto à Prç Dr. Francisco Sá Carneiro), desde outubro de 2000 e mede os poluentes: NO, NO<sub>2</sub>, NO<sub>x</sub>, CO, O<sub>3</sub> e PM<sub>10</sub>

Sem prejuízo das responsabilidades competirem à CCR-N, o Município do Porto tem vindo a desencadear ações que visam de ter impacto positivo na Qualidade do Ar:

### **Sensorização**

A Porto Digital (empresa participada do Município do Porto) vem procurando instalar e alargar uma rede de sensores ambientais desde o projeto “Future Cities”, meteorológicos e climatológicos, para proporcionar aos serviços de mobilidade, ambiente (qualidade do ar ruído), proteção civil, autoridades policiais dispor de informação mais fina e detalhada sobre o “ecossistema cidade” e maior capacidade de medir o real impacto de medidas sobre o território e na população.

Estes sensores medem em tempo real os parâmetros CO (monóxido de carbono), NO<sub>2</sub> (óxidos de azoto), O<sub>3</sub> (ozono), PM (10, 2,5) e podem ser um complemento interessante informação recolhida das estações geridas pela CCDR-N e um input muito relevante na avaliação expedita da eficiência e fiabilidade das leituras dos sensores da rede fixa da CCDR.

Neste momento está em preparação pela Porto Digital a expansão e reposicionamento da rede de sensores (com a respetiva manutenção), para otimizar a sua eficácia e permitir a utilização regular pelos serviços municipais.

Dentro desta expansão, estão a ser desenvolvidos contactos com investigadores da UP para compatibilizar a rede de sensores com as suas linhas de investigação e garantir a compatibilidade e utilidade dos equipamentos, bem como garantir reciprocamente um apoio científico no tratamento dos dados e em recomendações com reflexos práticos nas políticas de salvaguarda dos munícipes, em particular os mais vulneráveis

### **Planos de Melhoria da Qualidade do Ar (PM<sub>10</sub> e NO<sub>x</sub>)**

A CMP participou, ativamente e dentro das suas possibilidades, em 2 planos de melhoria da qualidade do ar e as medidas inscritas passam em larga medida por:

- **lavagem diária de ruas, agora pela Empresa Municipal Porto Ambiente;**



- abate de veículos antigos (pesados e de mercadorias e passageiros);
- renovação de frota municipal, da empresa Porto Ambiente e da STCP com transição acentuada para veículos a gás natural, biodiesel e elétricos;
- revisão de percursos, paragens e terminais dos operadores de transporte rodoviário pesado de passageiros;
- estudo da possibilidade de serem criadas vias reservadas a automóveis ligeiros particulares, que transportem mais de um ocupante e carros elétricos ou híbridos; pedonalização de arruamentos, etc...

Mais recentemente, está a ser estudada a possibilidade de deslocalização da Estação de Medição da Qualidade do Ar da Praça Francisco Sá Carneiro, para cumprimento de todos os requisitos e garantir a sua máxima representatividade.

*b) Criação de "zonas de ar limpo" nas imediações de escolas, jardins de infância e criação de mais espaços verdes nas imediações, para proteger crianças e adolescentes da poluição do ar.*

Algumas escolas possuem espaços verdes adjacentes, porém outras encontram-se em áreas consolidadas, onde é difícil encontrar espaço para o desenvolvimento de espaços verdes. No entanto, no âmbito da manutenção dos espaços exteriores das escolas, tem-se desenvolvido projetos para o melhoramento destas áreas, através da plantação de mais árvores, arbustos e reformulação do revestimento do solo.

São exemplos, as escolas EB23 cuja manutenção passou recentemente para a CMP, nomeadamente, a do Viso, Irene Lisboa, Areosa, Pero Vaz Caminha, Manuel Oliveira, Francisco Torrinha.

*c) Garantir um reforço do apoio aos Bombeiros Sapadores para que possam fazer face às necessidades urgentes em termos de aquisição de equipamentos para a boa prossecução dos seus objetivos, entre os quais novas viaturas e fardamentos.*

Com o objetivo de melhorar as condições de trabalho, o Regimento Sapadores Bombeiros (RSB) tem feito, nestes últimos anos, um forte investimento na recuperação das suas infraestruturas, bem como na aquisição de material/equipamentos.

No que diz respeito a viaturas, o RSB adquiriu 19 meios de socorro e encontram-se 3 em fase de concurso num investimento total de 4.283.000 €, a saber:

- Aquisição de 1 Veículo Urbano de Combate a Incêndios.
- Aquisição de 1 Mini Retroescavadora + atrelado.

- Aquisição de 1 Mota de água.
- Aquisição de 1 Embarcação de socorro.
- Aquisição de 2 Ambulâncias de Socorro + 1 Viatura de Comando e Operações Tática.
- Aquisição de 1 Veículo Urbano de Combate a Incêndios + 1 VLCI + 1 Auto escada + 1 Auto Grua + 1 Viatura de Proteção Multiriscos Especiais.
- Atrelado de Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas.
- Atrelado Gerador + Atrelado Compressor.
- Aquisição de 2 Veículos Ligeiros de Combate a Incêndios (Indiferenciados).
- Aquisição de 2 Veículos Ligeiros de Combate a Incêndios (Auto Chefe Serviço) + 1 Veículo Urbano de Combate a Incêndios.

No que diz respeito a fardamentos e outros equipamentos, o RSB adquiriu recentemente:

- Equipamento Proteção Individual (urbano e florestal).
- Fardamento azul (Casaco, calças, t-shirts, fatos de chuva, casaco, boinas e barretes) – Em fornecimento.
- ARICAS (Aparelhos respiratórios).
- Câmaras térmicas.
- Tendas de apoio logístico.
- Meios de inspeção aérea e subaquática – Drones.
- Material de grande ângulo.
- Equipamento de comunicações em túneis.
- Sistemas de espumífero.
- Rádios SIRESP, ROB, ATEX.
- Material de desencarceramento.

Neste momento, o RSB tem em curso diversos processos aquisitivos de fardamentos, equipamentos, viaturas e outros meios. Têm-se verificado alguns atrasos, em virtude da elevada escassez de matéria-prima, dificuldades de produção e rotura de stock de diversos artigos. Tendo em conta a complexidade dos processos aquisitivos, já foi feito um reforço do pessoal dedicado à área logística, e existe estreita ligação com as demais Unidades Orgânicas para o estabelecimento de prioridades no que diz respeito às aquisições para a área dos bombeiros.

**ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO**  
**PROPOSTAS DOS GRUPOS POLÍTICOS – ORÇAMENTO 2025**

**Pessoas-Animais-Natureza (PAN)**

*1. A nossa preocupação com temas ligados ao idadismo tem sido constante nas abordagens junto da Assembleia Municipal. Assim, com o objetivo de ajudar à melhor qualidade do ar e a baixar a temperatura local, propomos a criação de uma rede de Corredores Verdes. Esta deverá ser integrada num ecossistema de Ilhas de Calor. Esta interligação facilita a adaptação às alterações climáticas, assegurando, melhor qualidade de vida para os portuenses, em especial para os mais velhos. Ainda pensando neste público, propor a expansão de uma rede de sanitários públicos nas zonas de maior afluência humana na cidade. Finalmente, solicitar a expansão substancial da rede de bebedouros públicos municipais para Pessoas e Animais (bebedouros com prato inferior).*

Os diagnósticos territoriais, em particular o do [Clima e Ambiente Urbano](#), desenvolvidos no âmbito da revisão do PDM identificaram as anomalias térmicas dominantes na cidade (e a sua territorialização), bem como as vulnerabilidades e riscos e o seu cruzamento com as zonas de privação ambiental e socioeconómica. Os resultados desta análise, complementados com o diagnóstico de [Estrutura Ecológica e Biodiversidade](#) foram vertidos na carta da Estrutura Ecológica Municipal integrante do PDM.

Importa ter em conta que **o combate às ilhas de calor não se faz necessariamente através de corredores verdes, mas sim da criação de espaços verdes de grande, média e pequena dimensão (de acordo com a realidade urbana da cidade)**. A capacidade de arrefecimento oferecido pelas áreas arborizadas – através de efeito da evapotranspiração - estende-se, frequentemente a distâncias equivalentes ao diâmetro do espaço verde, embora possa estar condicionada pelo desenho, estrutura e dimensão da área arborizada, bem como pela morfologia do espaço urbano circundante. Merece referência o facto de o espaço arborizado não ter que ser de grande dimensão para se conseguir o efeito refrescante necessário: em Telavive, um parque com 0,15 hectares registou um arrefecimento médio de 1,5°C (que atingiu os 3°C às 12h00), que se fez sentir a 100 m de distância ([Shashua-Bar and Hoffman 2000](#)).

A estratégia de expansão dos espaços verdes, que verte do PDM, reflete-se na criação de mais 150 hectares de espaços verdes de acesso público na cidade até 2030, bem como na requalificação ecológica de 25% da área total de espaços verdes de acesso público até 2030.

Constitui um bom exemplo dos novos espaços verdes de acesso público recentemente criados, o Parque da Alameda de Cartes e o Parque da Lapa, que não só beneficiam o bem-estar físico e psicológico da população, como também estão desenhados de modo a proporcionar o melhor

conforto térmico e a boa infiltração da água no solo (que é o garante básico do processo de evapotranspiração da vegetação, essencial durante os períodos de calor).

*Salientar, igualmente, que consideramos que a água é um direito humano. Porém, especialmente quando pensamos no fenómeno do turismo, quem nos visita vê-se na obrigação de adquirir garrafas de água, normalmente, em suporte plástico. Assim, são milhares as garrafas de água que diariamente entopem, em especial nos meses de verão, os pontos de depósito de lixo das ruas da cidade. Ou seja, a ausência de bebedouros públicos, para além do dano no bem-estar e na saúde humana, impacta, fortemente, em termos de ambiente.*

*Para uma gestão mais eficiente desta rede propomos disponibilizar um mapa online (APP) onde estejam assinalados todos os bebedouros do concelho. O acesso gratuito de água fresca na cidade continua a ser um desafio, ano após ano. O mesmo para os WC públicos que são escassos e difíceis de encontrar. Em ambos os casos, é forçosa a identificação daqueles que são aptos para a mobilidade reduzida.*

A Águas e Energia do Porto, EM, tem revelado uma forte preocupação com a componente ambiente e social do acesso a água potável na via e espaços públicos da cidade do Porto, o que se encontra patente no seu Orçamento para o ano de 2025. O reforço da rede de bebedouros e fontanários com água potável corresponde a uma estratégia contínua, crescente e com resultados muito positivos no aumento da consciencialização dos cidadãos para a importância do consumo de água da torneira.

Desde o início de 2019, foram instalados 37 novos bebedouros no tecido urbano, nomeadamente nos principais circuitos pedonais e cicláveis da cidade, nos novos parques urbanos construídos pela Águas e Energia do Porto, EM (como o caso do Parque da Asprela, onde foram instalados oito novos bebedouros) e em alguns quarteirões classificados, como o caso da MOVIDA. A estes associam-se mais 16 fontanários e bebedouros que foram integralmente reabilitados e colocados em funcionamento com água potável disponível em permanência.

A Águas e Energia do Porto, EM, possui um total de 132 fontes, fontanários e bebedouros em funcionamento com bocais de água potável (além dos restantes sob responsabilidade direta do Município do Porto), estando previstas ações de substituição e instalação de novos bebedouros ao longo dos próximos meses, conforme previsto na estratégia e no Plano Plurianual de Investimentos da empresa. Dessa estratégia consta, igualmente, a intensificação da instalação de bebedouros com multiutilização, quer seja para pessoas com mobilidade reduzida, quer seja para animais (com prato), como são exemplos alguns bebedouros disponíveis nas praias, na marginal ribeirinha e em alguns parques urbanos.

Por último, a Águas e Energia do Porto, EM, encontra-se a trabalhar numa plataforma digital para disponibilização infográfica, e conseqüente disseminação junto dos residentes e dos visitantes

do Porto, de todos os pontos de água potável disponíveis na cidade, assim como das restantes estruturas históricas e patrimoniais da rede de água.

*2. Propomos a criação de um Plano Municipal de Emergência e Resgate Animal para situações de acidente grave ou desastre na cidade. Este terá de ser capaz de responder à possibilidade de evacuação, albergue, tratamento e manutenção da saúde animal nestes cenários.*

O serviço municipal do CROA está em constante articulação com os meios municipais de socorro, como a Proteção Civil, em regime de 24h/dia, garantindo uma adequada resposta nas situações de urgência. Acresce que o CROA foi já integrado em simulacros da proteção civil, onde se testou a evacuação de animais em situações de emergência (exercício LIVEX Porto Hazmat Novembro 2022).

*3. Propomos a criação de um Programa Municipal de Incentivo à mobilidade ativa.*

*3.1) É importante que este programa esteja a par não só com a ampliação da rede de ciclovias mas sobretudo a provisão de uma rede ciclável integrada que garanta a segurança na deslocação em mobilidade ativa.*

*3.1.1) Construção de ciclovias desconexas não fomenta por si só um incentivo à mobilidade ativa, uma rede ciclável segura é uma medida fundamental para criar as condições para que todos, incluindo crianças e idosos, se sintam seguros para as deslocações em meios suaves.*

*3.1.2) O incentivo ao uso de meios de mobilidade suave para os jovens e crianças no caminho para os estabelecimentos de ensino reduz a necessidade de utilizar o carro no território servido pela rede que deve também salvaguardar a ligação da rede à rede intermunicipal.*

*Nota: De notar a redução que as vias de circulação automóvel e a construção de uma verdadeira rede ciclável tem, também, vantagens ao nível dos custos de manutenção quando comparados com a infraestrutura para veículos motorizados, para além das enormes vantagens que podem ajudar a atingir a meta para a neutralidade carbónica traçada pelo Município do Porto para 2030.*

Numa cidade com a estrutura urbana e a escala dos espaços públicos do Porto afigura-se-nos que a melhor estratégia para humanização do espaço público é a priorização da mobilidade pedonal em detrimento da circulação automóvel, em particular no centro da cidade, numa lógica de partilha do espaço público. É o que estamos a fazer com a Rede 20, as ZAAC, a pedonalização de artérias e com o Programa Rua Direita. Apesar dessa prioridade, assumida desde o início deste mandato, está previsto iniciar-se a construção da ciclovia Asprela-Campanhã no próximo ano.

*3.2- Implementação de pequenas estações (self-service) municipais para a reparação de bicicletas (ainda, cadeiras de rodas e carrinhos de bebé).*

A implementação de estações self-service municipais para reparação de bicicletas, cadeiras de rodas e carrinhos de bebé não se revela adequada. A manutenção desses equipamentos é uma responsabilidade individual, e a criação destas infraestruturas representaria um investimento desnecessário por parte do município, com custos de instalação e manutenção que não se justificam face ao impacto e à procura esperados.

*4. Plano Municipal de Recuperação e Alargamento (nos casos devidos ou necessários) dos passeios públicos, devolvendo, em especial no centro da cidade, as ruas aos peões.*

Está em curso a humanização do espaço público da cidade com o projeto Rede 20, com as ZAAC, a pedonalização de artérias do centro da cidade e com o Programa Rua Direita. Para além dessas intervenções, o Gabinete do Espaço Público, estrutura criada no âmbito da GO Porto, têm realizado e continuará a realizar dezenas de ações de correção das avarias e patologias do espaço público, incluindo pavimentos, caldeiras e mobiliário urbano.

*5. Hotel Social do Porto com o intuito de dar assistência a pessoas que repentinamente se encontram privadas da sua habitação. Referimo-nos a situações de especial vulnerabilidade. Para além das questões da segurança, alojamento e alimentação ali haverá, entre outras, áreas assistenciais de acompanhamento biopsicossocial, isto até haver condições para estas possam transitar para outros locais.*

As respostas sociais são da competência da Segurança Social e não foram descentralizadas para os Municípios.

O Município do Porto para além de coordenar o NPISA – Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo, tem uma Estratégia Municipal para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, que contempla dez eixos de intervenção, promovendo o trabalho articulado entre todas as entidades que intervêm no fenómeno, e preenchendo áreas lacunares identificadas como essenciais para promover as respostas adequadas para uma cidade mais coesa. Tem sido reforçado o trabalho que a cidade tem vindo a desenvolver nesta área e que tem, naturalmente, reflexo no investimento municipal, apesar das respostas sociais serem tuteladas e da responsabilidade da Segurança Social. A título de exemplo refira-se que desde 2022 foram criados 75 quartos em apartamentos partilhados numa parceria Segurança Social, Câmara do Porto e IPSS.

6. Lembramos que o partido PAN tem conseguido, ano após ano, acomodar no Orçamento de Estado mais de uma dezena de milhões de euros que poderão ser usufruídos pelas autarquias para investimentos na área da saúde e do bem-estar animal.

*Todos saberão que, no concelho, existem condições de elevada fragilidade socioeconómica por parte de muitos dos cuidadores de animais de companhia. Acrescem os elevados custos médico-veterinários. Estes impossibilitam muitos destes cuidadores a prestar o apoio condigno aos seus animais. O que lhes impõe um notório condicionamento, também, em termos de saúde mental. O mesmo para os especialistas da área, incluindo, naturalmente, os voluntários das associações do concelho. Referimo-nos à síndrome de Fadiga de Compaixão.*

Assim, propomos:

*Apoio psicológico para os cuidadores individuais, especialistas profissionais da área veterinária e, ainda, para voluntários das associações que pretendam usufruir de um Plano de Apoio Municipal em Saúde Mental (poderão passar a usufruir de um já existente, tutelado pela autarquia). Isto porque, é frequente ver pessoas que trabalham com animais, ou são voluntárias na área, desequilíbrios emocionais conducentes a burnout, estados de ansiedade ou depressões. Isto será mais prevalente nos casos onde, nesta área, a situação local será mais complicada. E esta é a situação no nosso concelho. Ainda...*

O Município, através da implementação do Plano Municipal de Saúde, promove o bem-estar psicossocial, através de um conjunto alargado de iniciativas dirigidas a todas as idades que, no seu conjunto, visam reduzir os comportamentos estigmatizantes em relação às pessoas com experiência em doença mental, capacitar os profissionais que trabalham com pessoas com experiência em doença mental, promover as redes de vizinhança e o conhecimento e acesso às respostas de apoio às pessoas com doença mental, a prescrição cultural para a saúde mental, entre outros.

De referir as Oficinas de Literacia Emocional e as de Estilos de Vida Promotores de Saúde destinadas quer a profissionais, para uma capacitação em rede, quer ao público em geral, aumentando conhecimentos e competências que permitam ter um papel mais ativo no âmbito da promoção da sua própria saúde.

A sugestão é meritória, mas este diagnóstico carece de respaldo e estudo científico que corrobore essa correlação e prioridade, que tem ainda que ser ponderada com outras ações igualmente relevantes, nomeadamente, confirmando se já foram esgotadas todas as ações relevantes com vista à proteção da saúde mental de colaboradores municipais e/ou população socialmente fragilizada.

Mais se acrescenta que a síndrome de “Fadiga de Compaixão” está associada a diversos fatores como o género, idade, etnia e traços de personalidade (como a empatia) e não apenas aos episódios de convivência com animais.

*Há largos meses, ou alguns anos, que o Centro Oficial de Recolha Animal está sobrelotado. Esta é a justificação que é dada aos portuenses para que os animais sem chip abandonados na cidade não sejam retirados das ruas. Deste modo, propomos políticas mais eficientes e coerentes de adoção e de esterilização, isto de modo a permitir realizar um dos propósitos deste CROA: a esterilização, adoção/devolução dos animais abandonados.*

Refutamos que possam existir políticas mais eficientes e coerentes, na medida em que o CROA já desencadeou e continua a realizar todas as ações de promoção de uma adoção responsável, que estão ao alcance da esfera municipal.

Destacam-se de seguida algumas ações desenhadas para promover uma adoção responsável:

- Foram lançadas 2 campanhas “clássicas”, com impacte mais mediático, de promoção de uma adoção responsável, que foram complementadas com a presença dos serviços do CROA em diversas iniciativas públicas (caso do Festival Anual Cidade+, ou o evento Aquaporto) para levar as questões do bem-estar animal para fora de portas do Canil (<https://www.porto.pt/pt/noticia/porto-empenha-se-na-adocao-responsavel-de-animais-de-companhia>; <https://www.porto.pt/pt/noticia/campanha-de-adocao-consciente-de-animais-previne-atitude-por-impulso->; <https://www.porto.pt/pt/noticia/animais-de-companhia-veterinarios-e-tratadores-estao-hoje-na-rua-a-apelar-para-a-adocao-responsavel>) ;
- Como reforço a estas campanhas, o Município passou a tirar partido do seu site institucional para atualizar e divulgar diariamente todos os animais perdidos ou elegíveis para adoção, bem como os casos de adoções bem-sucedidas. Hoje em dia o website é atualizado regularmente e constituiu o repositório de toda a informação relevante, para quem esteja interessado em conhecer o trabalho do Município na área do bem estar animal (<https://ambiente.cm-porto.pt/bem-estar-animal/adocao-de-animais>)
- Em 2017 foi contratado o serviço especializado de comportamentalista animal para promover a sociabilização de cães em vias de adoção e a capacitação das famílias adotantes, dispondo o Município presentemente de uma unidade de comportamentalismo animal com recursos próprios;
- Desde a abertura das instalações do CROA, em abril de 2020, o Município apostou divulgar as novas valências do serviço juntamente com a promoção de uma adoção responsável, dentro e fora de portas. Deste esforço são exemplo a implementação do programa “CROA vai às Escolas” e “A Escola vai ao CROA” pelo 2ª ano letivo consecutivo (durante as quais são apresentados alguns dos animais para adoção, sensibilização para a proteção animal, encargos e responsabilidades que implicam uma adoção responsável de animais e a sensibilização para as necessidades de cada animal, permitindo a muitas crianças uma interação com os animais);
- Foram ainda dinamizadas visitas guiadas de população não escolar ao CROA (<https://www.porto.pt/pt/noticia/dia-do-animal-e-assinalado-com-visitas-guiadas-as->



[instalacoes-do-croa;](https://www.porto.pt/pt/noticia/instalacoes-do-croa) <https://www.porto.pt/pt/noticia/centro-de-recolha-oficial-de-animais-assinala-tres-anos-com-casa-aberta>;

<https://www.porto.pt/pt/noticia/centro-de-recolha-de-animais-abre-as-portas-para-mostrar-como-cuida-dos-amigos-de-quatro-patas>);

- O CROA promoveu ainda visitas a Centros de Dia com alguns animais, de forma a proporcionar aos residentes “tempo de qualidade” e momentos de afetos diferentes e oportunidade de contacto com alguns animais (<https://www.porto.pt/pt/noticia/porto-promove-o-bem-estar-e-a-adocao-responsavel-dos-animais>);
- Foram organizados encontros com famílias adotantes e caminhadas com animais do CROA e antigos animais entretanto adotados (<https://www.porto.pt/pt/noticia/municipio-comemora-dia-do-animais-com-uma-semana-cheia-de-atividades>);
- Foi ensaiada a colaboração e parceria com clubes de futebol, como o Sport Comércio e Salgueiros, de forma a explorar a promoção da adoção nos intervalos dos jogos (<https://www.porto.pt/pt/noticia/arya-e-vagabundo-invadem-campo-de-futebol-a-procura-de-uma-casa-feliz>);
- Pugnando sempre pela coerência e por uma adoção responsável, o CROA passou a suspender todos os anos as adoções no período de Natal, para evitar adoções por impulso (<https://www.porto.pt/pt/noticia/municipio-suspende-adocao-de-animais-de-companhia-no-periodo-de-natal>);
- Sempre que solicitado, o Município participou em masterclasses, conferências ou congressos (<https://www.porto.pt/pt/noticia/municipio-leva-estrategia-e-desafios-a-conferencia-sobre-bem-estar-animais>);
- Foram produzidas e atualizadas brochuras de divulgação (<https://ambiente.cm-porto.pt/bem-estar-animais/adocao-de-animais>);
- Passaram a ser realizadas publicações regulares das atividades de promoção da adoção na Eco-Agenda (<https://ecoagenda.porto.pt/agenda/dia-do-animais-adocao-horario-alargado-no-croa/>);  
<https://ecoagenda.porto.pt/agenda/dia-internacional-do-animais-abandonado/> )
- Foi desenvolvido e produzido um *stand* itinerante de adoção para participação em ações de rua ou eventos (Dia do Animal, Dias comemorativo do CROA, Convívio de funcionários, iniciativas das Ágora, Festival de ambiente Cidade+);
- O CROA passou a participar regularmente em eventos como o GreenFest, a Festa de Outono, ou o Convívio Anual de Funcionários da CMP;
- O CROA promoveu ações de sensibilização para adoção diretamente nos escritórios de empresas instaladas no Porto, para mostrar os serviços disponíveis e vantagens de adotar

uma animal de companhia (<https://www.porto.pt/pt/noticia/animais-passam-o-dia-no-escritorio-em-acao-de-sensibilizacao-para-a-adocao>);

- O CROA participou em reportagens (<https://www.youtube.com/watch?v=99I-ZQsX1zw&feature=youtu.be>)

Sem prejuízo das ações acima elencadas, a CMP tem a consciência da desproporcionalidade que continuará a verifica-se entre a legislação em vigor e os meios de resposta ao dispor do governo nacional e das autarquias: Temos uma moldura legislativa que procura salvaguardar e proteger a todo o custo (e bem !) os direitos do animal, mas depois algo está profundamente desajustado, pois o caudal de animais que têm que ser recolhidos e esterilizados pelas autarquias, não são acompanhados pela dinâmica de escoamento para adoção que se quer responsável.

Logo o resultado é dramático e não é um problema único do concelho do Porto:

- i. Os centros de recolha estão praticamente todos lotados (o nosso duplicou a capacidade de alojamento e está frequentemente lotado);
- ii. Os cidadãos continuam a ter à disposição a pet-shops para poder comprar cães e gatos com pedigree, enquanto os cães alojados nos Canis aguardam por vezes anos até poderem ser escolhidos por uma família adotante – a pesar no erário público com alimentação, limpeza, fármacos, energia, tratamentos veterinários;
- iii. Existem animais à guarda dos Centros de Recolha provenientes por exemplo de matilhas que, apesar das tentativas de sociabilização por comportamentalista especializado, não possuem perfil comportamental para serem alguma vez adotados – e vão ficando;
- iv. Os animais à guarda dos Municípios por via dos processos de despejo ou processos que tramitam em Tribunais, ficam anos sem poder ser adotados à espera do desfecho de um processo judicial;
- v. Se formos mais conscienciosos e exigentes na responsabilidade que se deve revestir um ato de adoção, e por exemplo suspendermos adoções no Natal, para evitar decisões por impulso – então tudo se complica ainda mais;
- vi. Os apoios destinados aos Municípios para apoio à esterilização, programas CED, renovação de Canis, etc...são claramente insuficientes e irrisórios face às despesas inerentes à estrutura existente

Portanto, mais do que questionar a longa lista de ações já materializadas, seria quanto a nós importante o PAN ajudar a promover uma revisão disruptiva e pragmática da moldura legal, que permita evitar o abandono e a inevitável lotação e entrada de animais a montante

6.1) *Propomos que no curto tempo se inicie um estudo conducente à construção de um hospital veterinário municipal.*

Considera-se esta proposta desadequada pelas seguintes razões:

- i. A disponibilização de cuidados veterinários a animais abandonados ou errantes já é garantida pelo CROA, que é complementado por protocolo com ICBAS (para além da componente dos cheques-esterilização) para meios de diagnósticos e estabilização em situações mais complexas em que o CROA não disponha de meios para intervir;
- ii. Desde 2019 que a CMP já apoia financeiramente (de forma continuada e crescente) associações zoófilas com trabalho expressivo no concelho para implementação do programas CED (note-se: adiantamos um valor monetário substancial para que as associações contratualizem, com a sua rede de clínicas solidárias e a preços que entenderem, as esterilizações, alimentação, identificação eletrónica e cuidados veterinários – ao invés de investirmos mais alguns milhões numa estrutura concorrencial com as clínicas). Quando a verba se demonstra insuficiente, o CROA apoia com a sua unidade de cirurgia ao nível das esterilizações e canaliza para estas associações todas as propostas de oferta de ração/cobertores e/ou patrocínios;
- iii. Desde o seu arranque: i) foram estabelecidos 4 protocolos (2019, 2020, 2022 e 2023) para apoio financeiro a 4 associações zoófilas (Miacis, Animais de Rua, Causa das Caudas e Midas); ii) até ao momento foram legalizadas 208 colónias, 1175 animais esterilizados num universo de 2608 animais intervencionados; 4 colónias entretanto extintas. O valor do apoio ao programa CED desde 2019 ascende aos 150.000€ ;
- iv. A eventual criação de um hospital solidário desta natureza colocaria fortes dúvidas de natureza deontológica e concorrencial. O orçamento de estado para o ano de 2024 previa no artigo 200º : f) 2 000 000 (euro) destinados a compartilhar despesas relativas a prestação de serviços veterinários, consolidando uma rede de serviços públicos veterinários e a criação de hospitais veterinários públicos, a alimentação de animais de companhia detidos por famílias carenciadas e a criação de um banco alimentar. Contudo ainda não foram lançados os avisos nem regulamentação de aplicação destes apoios.

6.2) *Propomos o Cheque Veterinário para famílias que estejam em manifesta fragilidade económica, isto perante a emergência de saúde do seu animal de companhia. Referimo-nos aos cuidados médico-veterinários básicos.*

O Município do Porto já oferece aos adotantes no CROA, a identificação eletrónica de todos os animais, vacinação, desparasitação e esterilização do animal, que caso não esteja realizada no momento da adoção, é garantida através da emissão de um cheque esterilização a utilizar no hospital veterinário protocolado.

Alem disso, o Município do Porto assegura os cuidados médico-veterinários dos animais errantes feridos que surjam no município, recolhidos pelo CROA, também através de contrato com hospital veterinário 24h por dia.

*6.3) Propomos a realização de uma campanha de censos de animais de companhia existentes no município. Garantindo a identificação eletrónica de todos os animais de companhia, permitindo até ao final do atual mandato a colocação de chip eletrónico e vacinação (desde que obrigatória) de forma gratuitas a famílias carenciadas. Isto por forma a criar o sentido do total cumprimento da lei, prevenindo o abandono, o bem-estar e a saúde destes animais. Acabando por contribuir para a diminuição do, previsível, flagelo dos animais errantes/abandonados.*

Não cremos que esta seja uma prioridade pelas seguintes razões:

- i. A identificação eletrónica de cães já é obrigatória para todos os cães nascidos após 1 de Julho de 2008, e é obrigatório para TODOS os cães, gatos e furões, independentemente da idade, a partir de Outubro de 2019 (em vigor a partir de Outubro 2022)
- ii. O Município do Porto já oferece identificação eletrónica, vacinação obrigatória e esterilização de todos os animais adotados no CROA.  
  
Custos para o município de vacinação antirrábica, microchip, boletim e registo (valores em função das últimas aquisições feitas pelo município, ano de 2023)
- iii. A DGAV tem uma campanha nacional de identificação e vacinação antirrábica exclusiva para cães a partir dos 3 meses de idade, a custos mais baixos (CVAR, Portaria n.º 264/2013, de 16 de agosto, Despacho n.º 3739/2023, de 15 de março): Vacina antirrábica: 10€; Identificação e registo: 2,5€; Boletim sanitário: 1€;
- iv. Nas situações que têm ocorrido de animais capturados com microchip na via pública, mas que não estão registados no SIAC, o Município tem assumido o custo do registo no SIAC, porque é obrigatório o seu registo. Nas situações em que o animal é capturado na via pública sem microchip, são aplicados os preços previstos no pleno da DGAV ao detentor que o vem restituir. Se o animal não for restituído, entra no CROA para adoção e é-lhe aplicado microchip e vacinação e esterilização conforme previsto nos animais alojados do CROA e disponibilizados para adoção;

Em conclusão, mesmo havendo campanhas municipais, nunca se terá “a informação real dos animais que vivem com as famílias portuenses” (vários fatores: morada fiscal dos detentores, possibilidade de registar animais em moradas diferentes das dos detentores, fiabilidade da informação fornecida aquando do registo). Muitas vezes alegam o desconhecimento da legislação, em especial nos gatos, mas também há quem não coloque microchip voluntariamente, por ter conhecimento das responsabilizações que daí decorrem.

A oferta de determinados serviços/produtos poderá levar a uma desresponsabilização do detentor dos animais, do cumprimento das suas obrigações legais enquanto detentores.

6.3.1) *Em alternativa, propomos que até ao final do mandato exista uma campanha para os municípios mais carenciados, destinada à esterilização de cães, gatos e furões. Com chipagem incluída de forma gratuita. Assim, propomos o aumento até 350.000 euros do valor dedicado a distribuir pelas Associações de bem-estar animal que realizam CED para a autarquia do Porto. Neste caso será, ainda, conveniente a disponibilização de locais estratégicos físicos de apoio logístico para as associações de bem-estar animal contratualizadas para o programa CED.*

O CROA já oferece a esterilização e identificação eletrónica aos animais aí adotados. A oferta de determinados serviços/produtos poderá levar a uma desresponsabilização do detentor dos animais, do cumprimento das suas obrigações legais enquanto detentores

Desde 2019 que o Município apoia financeiramente as associações zóofilas para o programa CED, que permitiu legalizar 208 colónias e esterilizar um total de 1175 gatos num programa de intervenção cujo universo abrangeu cerca de 2608 animais. O valor atribuído às associações protocoladas tem sido aumentado conforme as necessidades sentidas e da realidade do Município permitindo esterilizar os animais das colónias.

	2018	2019	2020	2021	2022	2023
<b>Apoios ao CED</b>		<b>10000€</b>	<b>30000€</b>	--	<b>50000€</b>	<b>60000€</b>

De referir que caso alguma Associação esgote o valor atribuído para o programa CED, são realizadas cirurgias de esterilização no bloco cirúrgico do CROA.

6.4) *Propomos o aumento substancial do incentivo à adoção responsável através de reforço de ações de divulgação em redes sociais e espaços públicos (escolas, centros de dia, feiras, eventos desportivos, etc.) e ainda abertura diária, durante uma hora, das instalações do CROA a visitantes. Mantendo o dia aberto para as adoções. Nota: Incompreensivelmente, a divulgação nas redes sociais não existe até ao presente momento, enfraquecendo a capacidade de divulgação com fins de adoção responsável.*

Prevê-se em breve abertura do CROA aos sábados para famílias adotantes e está em preparação com o DMCP campanha de comunicação, que pode envolver as redes sociais, sendo que a estratégia dependerá do perfil do adotante – que já foi caracterizado e partilhado com a equipa gestora deste projeto

Desde a sua abertura em abril de 2020, realizam-se regularmente visitas às instalações do CROA que escolas, centros de dia, alunos universitários, partidos políticos, Associações de Resgate Animal e outros Centros de Recolha que reconhecem o trabalho desenvolvido, esforço e dedicação das equipas.

O CROA Porto, promove regularmente ações de divulgação e promoção da adoção responsável fora de portas, como empresas, escolas, eventos sociais (GreenFest), Centros de Dia, presença em jogos de futebol, sensibilização para adoção diretamente nos escritórios de empresas instaladas no Porto

O CROA recebe frequentemente visitas de grupos de entidades ou particulares que nos queiram visitar, dentro do horário definido. O trabalho desenvolvido dentro das instalações do CROA está desenhado por forma a assegurar o bem-estar dos animais alojados, os passeios, banhos, trabalhos de socialização. A abertura de mais horários de visitas condicionaria todas as rotinas estabelecidas e colocaria os animais num stress adicional.

*6.4.1) Deste modo, expandindo, igualmente, o protocolo de colaboração regular com escolas, faculdades e associações de proteção animal do município de modo a desenvolver ações públicas de sensibilização e divulgação, acerca das temáticas sobre as quais se quer instruir (posse responsável de animais, adoção responsável, esterilização, saúde animal, bem-estar animal, segurança de pessoas, aqui relativamente a ataques de animais, etc.). Visitas de estudo ao CROA e ou workshops práticos sobre segurança, primeiros socorros animais, proteção da saúde e bem-estar animal.*

*Questão já esclarecida e detalhada no ponto 6.*

*6.4.3) Propomos a criação de uma rede de voluntariado no CROA. Isso, aumentaria o bem-estar dos animais e a sua capacidade de sociabilização, contribuindo para a adoção responsável. Lembramos, ainda, o elevado número de pessoas que gostam de conviver e apadrinhar animais.*

Neste momento e dada a dinâmica de funcionamento do CROA em turnos, 24 sobre 24h de todos os dias - conseguido por via do reforço e renovação da equipa tratadores, enfermeiros e médicos veterinários - a introdução de um serviço de voluntário indoor não se coloca como uma necessidade premente, pelo contrário, causaria até entropia e agitação nos animais alojados.

Com esta equipa, para além das tarefas de monitorização do bem-estar, alimentação, limpeza e higienização de boxes, os recursos humanos permitem ainda garantir que todos os animais (cães) são passeados diariamente, e os animais mais dóceis são alvo de treino funcional e sociabilização. O CROA dispõe de unidade de comportamentalismo que procura capacitar os animais com os ferramentas sociais mínimas para que a interação com a família adotante seja o mais rápida possível.

Sem prejuízo desta situação, todas as abordagens e disponibilidades de apoio de voluntários e/ou associações têm sido dirigidos para parcerias e esforço concertado de amplificação e divulgação dos animais alojados no sítio institucional através das redes sociais próprias – essa sim é a maior limitação dos serviços municipais.

6.4.4) *Propomos uma campanha de comunicação com vista à adoção responsável nos meios e suportes de comunicação habitualmente usados pelo município (mupis municipais, outdoors, etc.).*

*Questão já esclarecida e detalhada no ponto 6.*

*7. Propomos implementar um modelo de animal municipal comunitário, cão e especialmente gato, nomeando dentro das instituições municipais. Haveria um cuidador interno responsável como forma de alargar a rede de acolhimento e complementando a ação do CROA, mantendo a responsabilidade de acompanhamento e alimentação destes animais por parte da autarquia.*

Esta proposta foi já objeto de reflexão e avaliação interna e até à data não foi possível identificar infraestrutura compatível com a convivência de animais de companhia, quer no período de expediente, quer na manutenção dos cuidados e todas as questões de bem-estar ao fim de semana e períodos noturnos, bem como questões de segurança das instalações. A manutenção de animais em estruturas municipais implica a manutenção de todas as condições de bem-estar, o que em dias de descanso e feriados poderá ficar comprometido por falta de recursos humanos. A permanência de animais fechados e deixados sozinhos por períodos superiores a 12h vai contra a proposta do PAN em 2021 à alteração do Dec. Lei 276/2001 de 17 de Outubro.

A figura cão comunitário, na rua, não está previsto nem autorizado na legislação em vigor.

*8. É urgente o provimento de abrigos qualificados e devidamente apetrechados a uma vida digna para os animais de matilha, ou «assilvestrados» – cães ou gatos –, seja através da estruturação física destes espaços no concelho, ou através de protocolos com municípios vizinhos detentores destas estruturas. Assim, propomos a criação de um parque de matilhas municipal ou intermunicipal.*

Não está provado que os abrigos para os gatos do programa CED sejam sequer utilizados. Temos verificado que nas situações onde surgem abrigos para os gatos, os locais estão frequentemente conspurcados, focos de insalubridade, são alvos de vandalismo e locais de abandono de animais, tudo situações que se pretendem mitigar no município.

Relativamente aos parques para matilhas, não existe espaço físico no município do Porto para parque de matilhas no município. Acresce que temos conhecimento de constante lotação dos parques de matilhas dos municípios vizinhos e a mistura de animais provenientes de matilhas diferentes resulta muitas vezes em ataques entre os animais, provocando muitas vezes na sua morte e condicionantes ao seu bem-estar e segurança.



*9. Propomos a expansão das atuais instalações e serviços do CROA.*

O CROA duplicou a sua capacidade de acolhimento e enquanto a legislação não for alterada radicalmente, é impossível aumentar infinitamente as instalações. Já se provou que o aumento da capacidade de alojamento não resolve o problema, havendo sempre animais a necessitar de recolha.

A criação de mais espaços de alojamento vai criar a falsa sensação de resolução dos problemas dos munícipes, o que não corresponde à realidade. As pessoas inibem-se de abandonar os animais devido às consequências criminais desse ato e por isso tentam as entregas nos CROA para aliviar o peso na consciência do ato que estão a praticar. Por isso, o Município insiste na promoção de uma adoção responsável – não a qualquer custo - por munícipes que cumpram as suas obrigações e que queiram os animais para a vida toda, não vejam a adoção como um ato temporário em que o CROA terá de dar resposta quando se quiserem livrar do animal. Ainda é a realidade em que vivemos.

*10. Propomos uma campanha de sensibilização para a sã convivência com os animais sinantrópicos (mosquitos, abelhas, etc.), promovendo atitudes de respeito entre dignidade humana e valores naturais destes animais.*

Reconhecemos a importâncias destes animais nos ecossistemas e impacto que têm nos processos de polinização, mas não podemos secundarizar a importância que têm também na transmissão de doenças para os humanos e animais. Os mosquitos são transmissores de várias doenças e a DGS “recomenda prevenção e controlo de mosquitos que transmitem dengue e zika”, tal como definido no Plano Nacional de Prevenção e Controlo de Doenças Transmitidas por Vetores.(...) “As atividades de prevenção e controlo vetorial implicam o envolvimento de diferentes setores, nomeadamente autarquias, turismo, hotelaria, ambiente, veterinária, agricultura, indústria, comércio, entre outros, complementando os esforços do setor da saúde na prevenção e controlo das doenças transmitidas pelos mosquitos *Aedes albopictus* e *Aedes aegypti*, como a febre de dengue, chikungunya, zika, febre-amarela, todas de notificação obrigatória, e a infeção por parasita *dirofilária*”.

Sem prejuízo desta reflexão e cautela, refira-se que o Município do Porto tem implementado várias iniciativas para conservar, proteger e promover a biodiversidade. Algumas das ações, com uma relação mais direta com os insetos, incluem:

**a) Desenhar e fazer a manutenção dos parques e jardins de modo a oferecer habitat para diversas espécies, sejam sinantrópicas, sejam selvagens.** Destaca-se que, desde 2021, tem sido posto em prática no Parque Oriental um projeto de implementação de práticas de manutenção diferenciada de revestimento herbáceo, promotoras da biodiversidade, com especial enfoque na criação de condições para a atração e sustentabilidade de comunidades de



insetos polinizadores. Faz-se ainda nota que desde 2015 que não se faz uso de glifosato na manutenção dos espaços públicos.

[www.porto.pt/pt/noticia/projeto-inovador-atrai-insetos-polinizadores-ao-parque-oriental](http://www.porto.pt/pt/noticia/projeto-inovador-atrai-insetos-polinizadores-ao-parque-oriental)

[www.porto.pt/pt/noticia/perguntas-e-respostas-sobre-a-abolicao-do-uso-do-glifosato-pelo-municipio](http://www.porto.pt/pt/noticia/perguntas-e-respostas-sobre-a-abolicao-do-uso-do-glifosato-pelo-municipio)

**b) Identificar, monitorizar, recuperar e manter pequenas massas de água na cidade de modo a contribuir para a conservação de insetos e anfíbios.** É o projeto MORE Porto – Monitorização e Restauro da Zonas Húmidas do Porto, em parceria com o CIIMAR. Até ao momento, já foram inventariadas 230 massas de água. Em 68, foram identificadas 54 espécies de macroinvertebrados aquáticos, oito espécies de anfíbios, três espécies de répteis aquáticos (duas invasoras) e 48 espécies de plantas aquáticas, das quais 31 são nativas. O projeto integra componentes de formação de operacionais do Município para a adequada gestão das massas de água, de modo a conservar a biodiversidade, bem como sessões com o público, de modo a sensibilizar para a importância destes tanques, charcos, antigos lavadouros, para a biodiversidade.

[www.porto.pt/pt/noticia/anfibios-regressam-em-seguranca-aos-jardins-do-palacio-de-cristal](http://www.porto.pt/pt/noticia/anfibios-regressam-em-seguranca-aos-jardins-do-palacio-de-cristal)

[www.porto.pt/pt/noticia/maio-propoe-um-roteiro-para-conhecer-os-anfibios-que-habitam-a-cidade](http://www.porto.pt/pt/noticia/maio-propoe-um-roteiro-para-conhecer-os-anfibios-que-habitam-a-cidade)

[www.porto.pt/pt/noticia/equipas-municipais-recebem-formacao-para-gerir-pequenas-massas-de-agua](http://www.porto.pt/pt/noticia/equipas-municipais-recebem-formacao-para-gerir-pequenas-massas-de-agua)

**c) Melhorar a vida das caldeiras das árvores de arruamento: projeto “Caldeiras Vivas”.** Lançado em 2023 em 719 caldeiras de árvores, num total de 3.300 m<sup>2</sup>, o projeto foi implementado num conjunto diferenciado de arruamentos e promove o uso de espécies, na sua maioria autóctones, na caldeira da árvore. Esta ação assume especial relevo no controlo natural de espécies invasoras, assim como de pragas, além de que é expectável que as caldeiras, enquanto espaços vivos, potenciem a biodiversidade, nomeadamente atraindo insetos polinizadores e promovendo um maior equilíbrio do sistema. Outra das mais-valias da iniciativa consiste na promoção de um melhor desenvolvimento do sistema radicular da espécie arbórea, o seu equilíbrio, com destaque para o enquadramento paisagístico e uma maior conservação da humidade.

[www.porto.pt/pt/noticia/projeto-piloto-quer-potenciar-biodiversidade-nas-caldeiras-das-arvores](http://www.porto.pt/pt/noticia/projeto-piloto-quer-potenciar-biodiversidade-nas-caldeiras-das-arvores)

**d) Proteger os insetos autóctones, nomeadamente as abelhas, através do controlo da população de vespa asiática:** desde 2017, os serviços municipais de Proteção Civil eliminaram 2.054 ninhos de vespa asiática, uma espécie exótica que preda as populações de abelhas

[www.porto.pt/pt/noticia/protecao-civil-elimina-mais-de-400-ninhos-de-vespas-asiaticas-em-2023](http://www.porto.pt/pt/noticia/protecao-civil-elimina-mais-de-400-ninhos-de-vespas-asiaticas-em-2023)

De resto, a sensibilização para a sã convivência com os animais sinantrópicos e com a restante fauna selvagem tem sido permanente, através de inúmeras iniciativas presenciais (e virtuais, na altura do confinamento pela pandemia) para crianças, jovens e adultos. Alguns exemplos recentes e que se mantêm em 2025:

**a) Noites de Morcegos** (adultos e em família)

[www.porto.pt/pt/noticia/morcegos-estao-de-regresso-aos-parques-do-porto-ate-ao-inicio-de-setembro](http://www.porto.pt/pt/noticia/morcegos-estao-de-regresso-aos-parques-do-porto-ate-ao-inicio-de-setembro)

[www.porto.pt/pt/noticia/programa-noites-de-morcegos-celebra-acordo-que-preve-conservacao-dos-mamiferos](http://www.porto.pt/pt/noticia/programa-noites-de-morcegos-celebra-acordo-que-preve-conservacao-dos-mamiferos)

**b) Roteiro dos Anfíbios** (adultos e em família)

[www.porto.pt/pt/noticia/maio-propoe-um-roiteiro-para-conhecer-os-anfibios-que-habitam-a-cidade](http://www.porto.pt/pt/noticia/maio-propoe-um-roiteiro-para-conhecer-os-anfibios-que-habitam-a-cidade)

**c) Oficinas sazonais de Inverno, Primavera e Verão** (crianças até aos 12 anos)

[www.porto.pt/pt/noticia/aves-insetos-flores-hortas-e-jardins-nas-oficinas-sazonais-de-verao](http://www.porto.pt/pt/noticia/aves-insetos-flores-hortas-e-jardins-nas-oficinas-sazonais-de-verao)

**d) Plano Integrado de Educação-Ação para a Sustentabilidade (desde o pré-escolar ao 12º ano):** [www.porto.pt/pt/noticia/ano-letivo-da-sustentabilidade-conta-com-o-maior-dos-educadores-a-propria-natureza](http://www.porto.pt/pt/noticia/ano-letivo-da-sustentabilidade-conta-com-o-maior-dos-educadores-a-propria-natureza)

[ambiente.cm-porto.pt/files/uploads/cms/PIEAS\\_2024\\_2025\\_6set2024.pdf](http://ambiente.cm-porto.pt/files/uploads/cms/PIEAS_2024_2025_6set2024.pdf)

**e) Hortas Pedagógicas**

Ao longo de 15 sessões durante o ano letivo os participantes percorrem um roteiro de aprendizagem sobre os ciclos da Natureza e outras aprendizagens essenciais, tudo com as mãos na terra! Os grupos têm direito, entre outros, a um talhão de terreno cultivável no Covelo ou Parque da Cidade, bem como as ferramentas e recursos necessários e um acompanhamento de técnicos dos CE.ES em todas as sessões.

<https://ambiente.cm-porto.pt/programa-de-educacao%20ambiental%20Relacionados/horta-pedagogica-2024>

**f) Mais Hortas**

Lançado em 2023/2024, o Programa “Mais Hortas” visa o apoio do Município à criação, revitalização e dinamização de 10 hortas pedagógicas (por ano letivo) em estabelecimentos de ensino, instituições ou associações com atividades pedagógicas.

[ambiente.cm-porto.pt/programa-de-educacao%20ambiental%20Relacionados/mais-hortas-202324](http://ambiente.cm-porto.pt/programa-de-educacao%20ambiental%20Relacionados/mais-hortas-202324)

[www.porto.pt/pt/noticia/mais-de-1500-pequenos-agricultores-terao-mais-hortas-para-plantar-alimentos-saudaveis](http://www.porto.pt/pt/noticia/mais-de-1500-pequenos-agricultores-terao-mais-hortas-para-plantar-alimentos-saudaveis)

**g) Programa Virtual de Educação Ambiental** (desenvolvido desde a casa dos colaboradores na altura do confinamento pela pandemia e cujos conteúdos continuam a estar disponíveis e a ser amplamente usados).

[www.porto.pt/pt/noticia/de-binoculos-no-sofa-a-relacao-com-quimica-entre-a-borboleta-cauda-de-andorinha-e-a-arruda](http://www.porto.pt/pt/noticia/de-binoculos-no-sofa-a-relacao-com-quimica-entre-a-borboleta-cauda-de-andorinha-e-a-arruda)

[www.porto.pt/pt/noticia/educacao-ambiental-a-conturbada-relacao-entre-abelhas-e-vespas](http://www.porto.pt/pt/noticia/educacao-ambiental-a-conturbada-relacao-entre-abelhas-e-vespas)

[www.porto.pt/pt/noticia/programas-do-ambiente-transmitem-conhecimentos-sobre-especies-animais](http://www.porto.pt/pt/noticia/programas-do-ambiente-transmitem-conhecimentos-sobre-especies-animais)

Para concluir destaca-se que está em curso, para dar início em 2025, o processo de elaboração da Estratégia de Biodiversidade do Porto 2040. Esta estará alinhada com as orientações dos Planos de Natureza Urbana (orientação da Comissão Europeia no âmbito da Estratégia de Biodiversidade 2030, aprovada em 2020).